

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ELLEN NEMITZ

DUAS RETÓRICAS? OS JORNAIS E A REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA  
COMO MEIOS DE DIFUSÃO DAS IDEIAS DE EUGÊNIO GUDIN

CURITIBA

2016

ELLEN NEMITZ

DUAS RETÓRICAS? OS JORNAIS E A REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA  
COMO MEIOS DE DIFUSÃO DAS IDEIAS DE EUGÊNIO GUDIN

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Econômico.

Professor orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Ribas Cavalieri

Curitiba  
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. SISTEMA DE BIBLIOTECAS.  
CATALOGAÇÃO NA FONTE

Nemitz, Ellen

Duas retóricas? os jornais e a Revista Brasileira de Economia como meios de difusão das idéias de Eugênio Gudín / Ellen Nemitz. - 2016. 88 f.

Orientador: Marco Antônio Ribas Cavalieri.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico.

Defesa: Curitiba, 2016.

1. Economia – Periódicos. 2. Gudín, Eugenio, 1886-1986. 3. Retórica. I. Cavalieri, Marco Antônio Ribas, 1977-. II. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico. III. Título.

CDD 330.1



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
Setor CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
Programa de Pós Graduação em DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
Código CAPES: 40001016024P0

### TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **ELLEN NEMITZ**, intitulada: "**Duas retóricas? Os jornais e a Revista Brasileira de Economia como meios de difusão das ideias de Eugênio Gudin**", após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO.

Curitiba, 14 de Abril de 2016.

Prof MARCO ANTONIO RIBAS CAVALIERI (UFPR)  
(Presidente da Banca Examinadora)

Prof GUSTAVO PEREIRA DA SILVA

Prof MARIO MESSAGI JÚNIOR (UFPR)

## **AGRADECIMENTOS**

Nas muitas surpresas que a vida nos reserva, algumas vezes nos deparamos com a vontade de desistir de um projeto como o mestrado. Quando isto aconteceu comigo, tive a felicidade de contar com o apoio de pessoas muito especiais, que foram vitais para a conclusão deste trabalho.

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha mãe, Rose, e ao meu irmão, Vanderlei, pelo apoio financeiro no início desta jornada, até que eu pudesse caminhar com as minhas próprias pernas, e pelo carinho e apoio emocional que nunca faltaram. Obrigada por suportarem todos os momentos difíceis ao meu lado e por acreditarem em mim desde sempre!

Agradeço também àquele que escolhi para ser meu companheiro nesta grande caminhada da vida, Gustavo. Com seu jeito racional e objetivo, nunca se deixa levar pela emoção das dificuldades e foi sempre meu amigo e confidente, fazendo-me acreditar que tudo valeria a pena no final e que eu era capaz de vencer. Obrigada por ter tido paciência e compreensão ao longo destes anos ao meu lado!

Claro, não poderia deixar de me lembrar daquele que acreditou em mim lá no início, quando eu ainda era só uma jornalista perdida no mestrado em economia. Quando eu ainda não sabia bem o que estava fazendo ali, o grande professor Marco Antonio Ribas Cavaleri me propôs um tema que unia perfeitamente minha formação em jornalismo com a vontade de explorar novos conhecimentos em economia. Também ele, que é um verdadeiro mestre ao guiar seus alunos, foi essencial em momentos em que desistir era a opção mais fácil, mas não a correta. Muito obrigada, professor, muito do que alcancei eu devo a você!

Por fim, saber que a vida me concedeu a chance de estar rodeada de pessoas tão especiais só me faz ser grata a Deus, que não economizou ao escolher estes anjos que tanto me ajudaram e ainda me ajudam, e me deu uma dose extra de perseverança para nunca desistir de um objetivo.

## RESUMO

A economia como ciência só se desenvolveu no Brasil a partir da década de 1940, quando um grupo de economistas autodidatas se empenhou na criação de um curso de graduação. Um dos mentores deste movimento foi Eugênio Gudín, que dedicou boa parte de sua vida ao ensino e à disseminação de ideias econômicas. Além de ser autor do primeiro livro-texto de economia escrito em português, o “Princípios de Economia Monetária”, Gudín escreveu durante muitos anos para jornais, como colunista, e para a Revista Brasileira de Economia (RBE), publicação que também ajudou a fundar. Diante da versatilidade de Gudín, ao escrever para diversos públicos em diferentes meios de comunicação, o presente trabalho procurou perceber se Gudín conseguiu se utilizar dos instrumentos de retórica para atingir êxito em suas argumentações. A partir da leitura de todos os artigos da RBE e também de duas coletâneas com textos jornalísticos publicados no jornal O Globo e baseado na literatura corrente sobre retórica, o estudo mostra que Gudín tinha bastante habilidade em transitar pelos dois meios, adaptando sua linguagem e a escolha de temas de acordo com cada perfil de público.

Palavras-chave: Retórica. Eugênio Gudín. Revista Brasileira de Economia. Jornal O Globo.

## ABSTRACT

Economics as a science has been developed in Brazil only since 1940's, when a group of autodidactic economists strained to create a graduation course. One of the mentors of this movement was Eugênio Gudin, who dedicated great part of his life to the teaching and dissemination of economic ideas. Besides being author of the first text-book of economics in Portuguese, the "*Princípios de Economia Monetária*", Gudin has written during many years for newspapers, as a columnist, and for *Revista Brasileira de Economia (RBE)*, publication that also helped to create. Due to the Gudin's versatility, writing to different public in different means of communication, the present work aimed to perceive if Gudin was capable to use rhetoric instruments in order to obtain success in his argumentations. Through the reading of all his articles in RBE and two collections of journalistic texts publicized in O Globo newspaper and based on current rhetoric literature, this study shows that Gudin had a lot of ability to transit between two means, adapting his language and the themes choice according to each public profile.

Key-words: Rhetoric. Eugênio Gudin. Revista Brasileira de Economia. O Globo newspaper.

## LISTA DE DIAGRAMAS

DIAGRAMA 1 – Comunicação entre dois  
agentes.....p. 26

DIGRAMA 2 – Comunicação entre dois agentes com o uso da  
retórica.....p. 30



## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Mapeamento por tipo de publicação - 1947 a 1972.....	p. 45
GRÁFICO 2 – Percentual de artigos inéditos em relação ao total – 1947 a 1972.....	p. 46
GRÁFICO 3 – Total de artigos – 1947 a 1972.....	p. 47
GRÁFICO 4 – Temas dos artigos de Eugênio Gudín no jornal O Globo.....	p. 58

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais instrumentos retóricos utilizados por Prebisch.....p. 33

QUADRO 2 – Autores que mais escreveram para a RBE baseado em número total de artigos – 1947 a 1972.....p. 49

QUADRO 3 – Autores que mais escreveram para a RBE baseado em número de artigos inéditos – 1947 a 1972.....p. 51

QUADRO 4 – Comparativo percentual dos temas em RBE e O Globo.....p. 59

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	p. 12
CAPÍTULO 1 – NOTAS BIOGRÁFICAS.....	p. 15
1.1 O economista nos jornais.....	p. 20
CAPÍTULO 2 – A RETÓRICA COMO CIÊNCIA DA ARGUMENTAÇÃO E A ECONOMIA.....	p. 23
2.1 As ideias do discurso.....	p. 24
2.2 Fatos, presunções, valores e hierarquias.....	p. 27
2.3 A linguagem e o público.....	p. 28
2.4 Escolha e interpretação dos dados.....	p. 29
2.5 Os diferentes discursos para os diferentes auditórios.....	p. 31
2.6 A retórica na economia.....	p. 35
CAPÍTULO 3 – A REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA.....	p. 39
CAPÍTULO 4 – A RETÓRICA NAS PRÁTICAS ACADÊMICA E JORNALÍSTICA.....	p. 56
4.1 Temas.....	p. 56
4.1.1 Desenvolvimento econômico.....	p. 61
4.1.1.1 Estilo do discurso.....	p. 67
4.1.2 Economia monetária.....	p. 69
4.2 Duas retóricas.....	p. 73
CONCLUSÕES.....	p. 80
REFERÊNCIAS.....	p. 82
ANEXO 1.....	p. 87

## INTRODUÇÃO

A teoria da retórica nos mostra que os discursos, sejam eles de qualquer natureza, precisam ser formulados visando a um auditório específico. Sempre que um orador fala a um público, analisa a situação para adaptar a sua linguagem e mesmo o tema de acordo com as capacidades de compreensão e interesses deste público. Esta adaptação é importante, pois faz com que o auditório esteja mais propenso a ouvir o orador e também a agir conforme as suas ideias. Um discurso mal formulado, ignorando as características de quem o ouve, poderá ser inócuo. Se o objetivo do discurso é persuadir, então cuidar de falar para um auditório específico é crucial.

Baseado nesta teoria, muito bem abordada por Chaïm Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) em seu clássico “Tratado da Argumentação”, o objetivo principal deste trabalho é estudar a retórica de Eugênio Gudín. Economista brasileiro do século XX, ele foi realmente o que se pode chamar de pioneiro. Entre suas principais realizações, tornou-se o principal responsável pela criação do curso de graduação em economia no Brasil, autor do primeiro manual de economia em português (o “Princípios de Economia Monetária”, de 1943), fundador do primeiro periódico científico nacional (a Revista Brasileira de Economia, doravante RBE), além de ter se dedicado ao articulismo econômico durante quase toda sua longuíssima carreira. Assim, ele abarcou três grandes públicos em seus escritos: os estudantes, os economistas e os leitores de jornal. Com isso, galgou alto prestígio intelectual e conquistou seguidores nas mais diversas esferas. Gudín também atuou como engenheiro, sua profissão de formação, empresário e consultor para empresas estrangeiras. Foi ministro da fazenda e conselheiro econômico do governo de Getúlio Vargas durante a II Guerra Mundial.

Durante sua carreira como economista, teve sempre muito claras as ideias que defendia. Ele era contra o intervencionismo estatal e a industrialização forçada que, segundo o próprio, os governantes insistiam em por em prática no Brasil, principalmente depois dos anos 1930. Gudín também defendia que a produtividade agrícola deveria ser aumentada via investimentos em técnicas específicas e que a

educação de qualidade seria a base de uma nação desenvolvida. No plano macroeconômico, elegeu a inflação como o maior inimigo da economia brasileira.

Tudo isso ele procurou expor em seus textos. Mas, como dissemos, Gudin teve ao menos três públicos, o que exigia dele a adaptação para cada auditório. Esta é a hipótese da qual partimos: diferentes públicos requerem diferentes discursos. A pergunta que norteia o trabalho, pois, é: Gudin utiliza diferentes retóricas em cada discurso direcionado a públicos diferentes? A escolha dos temas e a linguagem seriam diferentes em cada veículo? Ele foi capaz de separar esses discursos nos diferentes veículos de comunicação que utilizava?

Para responder a esta questão, o trabalho contará com mais quatro capítulos além desta introdução e de uma conclusão. No capítulo 1, far-se-á uma rápida incursão na vida de Eugênio Gudin, mostrando a sua trajetória enquanto engenheiro, economista, professor e articulista, bem como as principais características que seus biógrafos nos contam. Este capítulo será subdividido em duas seções, sendo que a segunda tem como foco específico a sua vertente jornalística.

O capítulo 2, essencialmente teórico, fará uma revisão da literatura sobre retórica. A subdivisão de seções será feita para mostrar as diversas vertentes desta área do conhecimento: as ideias do discurso, a linguagem, o público e a escolha e interpretação dos dados. Também fazem parte deste capítulo uma seção sobre o trabalho de Ana Maria Bianchi (2003) sobre o economista argentino Raúl Prebisch, trabalho este que serviu como inspiração para a presente dissertação. Por fim, discutimos a literatura específica sobre retórica na economia.

O capítulo 3 retrata uma parte empírica de nossa pesquisa. Antes de falarmos sobre os textos e a retórica de Gudin, é preciso entender mais sobre um dos importantes veículos no qual ele publicou seus artigos. Por este motivo, este capítulo buscará entender se a RBE conseguiu, em seus primeiros anos, atingir o patamar de excelência acadêmica, ou mesmo de revista exclusivamente acadêmico-científica que Gudin almejava. A pesquisa é feita levando em consideração o trabalho de A. W. (Bob) Coats (1993) sobre o início das revistas acadêmicas em economia.

Já o capítulo 4 abrange a análise dos textos publicados por Gudin na RBE (entre 1947 e 1972) e no jornal O Globo (entre 1958 e 1978). Esta parte do trabalho será subdividida em subseções com dois dos temas abordados pelo autor:

desenvolvimento econômico e economia monetária. Dentro de cada temática, analisamos a forma como cada tema é explorado e suas características peculiares a cada meio de comunicação, a RBE e os artigos de jornal. A partir de todos estes dados, além de uma comparação com outros autores contemporâneos a Gudin, a conclusão conterà a resposta sobre a hipótese geral do trabalho, qual seja, se há duas retóricas em Eugênio Gudin.

## CAPÍTULO 1 – NOTAS BIOGRÁFICAS

Eugênio Gudín nasceu em 1886, no Rio de Janeiro. Ao longo de seus cem anos de vida, conseguiu se firmar entre os grandes nomes da intelectualidade brasileira. Gudín contribuiu intensamente para o debate econômico brasileiro no século XX, mesmo não tendo esta ciência como formação inicial. Na verdade, ele iniciou sua carreira como engenheiro e depois migrou para a economia como autodidata. Já como economista, participou do cenário acadêmico e teve importante participação no jornalismo econômico, tornando-se um dos principais articulistas de economia brasileiros durante muitas décadas.

Gudín iniciou a carreira trabalhando como engenheiro em empresas, chegando a ser sócio de uma delas, a *Tramway Power and Co.*, que cuidava de bondes, gás, telefone, energia elétrica e iluminação pública. Este contato com o gerenciamento de empresas o levou a perceber o que chamava de “falta de senso econômico generalizado” no Brasil, e, por isso, segundo seus biógrafos Márcio Scalécio e Rodrigo de Almeida (2012, p. 46), ele teria iniciado seus estudos em economia. Algum tempo depois, Gudín tentou se fixar no mercado agrário investindo em plantação de laranjas, mas a empreitada não foi bem sucedida. Esta experiência parece ter direcionado o economista autodidata ainda mais profundamente para o liberalismo econômico. Mais tarde, ele vai citar em um de seus artigos de jornal que a plantação se perdera em virtude dos mecanismos de intervenção do Estado nas exportações e importações.

O início do estudo da economia aconteceu na década de 1920, dando início a uma extensa carreira. Como naquele tempo ainda não havia um curso específico na área no Brasil, seus estudos não poderiam se encaminhar de outra forma que não fosse a autodidata. O primeiro livro que leu foi “*The Meaning of Money*”, de Hartley Whithers<sup>1</sup>, que havia sido editor da famosa revista britânica *The Economist*. Na sequência, teve contato com autores clássicos que influenciariam suas ideias

---

<sup>1</sup> Hartley Whithers (1867 – 1950) nasceu em Liverpool e foi jornalista econômico. Trabalhou como editor do jornal britânico *The Times* entre 1905 e 1910 e da revista *The Economist* entre 1916 e 1921. Também é autor das obras “*The Cathedral Church of Canterbury*” (1896), “*Stocks and Shares*” (1910), “*The Meaning of Money*” (1911), “*War and Lombard Street*” (1915), “*International Finance*” (1916), “*The Business of Finance*” (1918), “*War-Time Financial Problems*” (1919), “*Lombard Street: A Description of the Money Market*” (1927), “*Money*” (1928), “*The Douglas Credit Proposals: A Criticism*” (1932), “*National Provincial Bank: 1833 to 1933*” (1933), “*The Way to Wealth*” (1935) e “*The Defeat of Poverty*” (1939).

sobre teoria econômica e desenvolvimento: Adam Smith, David Ricardo, Alfred Marshall, John Stuart Mill e, mais tarde, Knut Wicksell.

Não demorou muito para que ele conquistasse um posto de destaque no cenário nacional. Tornou-se conselheiro pessoal de ministros, governadores e presidentes. Inclusive marcou presença no governo de Getúlio Vargas, de cujas ideias discordava, uma vez que era contra o processo de industrialização forçada que o presidente levava a cabo. Além do presidente Getúlio Vargas, Gudin fez oposição também a Juscelino Kubitschek, João Goulart e Leonel Brizola, considerados por ele sucessores diretos do legado varguista.

Gudin era, segundo Ricardo Bielschowsky (2001, p. 91), um neoliberal, ou seja, defendia que a intervenção do Estado na economia deveria ser, no mínimo, moderada. Dentro disso, é preciso marcar que os neoliberais brasileiros, também de acordo com Bielschowsky (2001), defenderam, após 1930, alguma intervenção estatal, mas somente aquela com o objetivo de corrigir falhas de mercado. Outro componente clássico das ideias da corrente neoliberal no Brasil era a ferrenha defesa de políticas de equilíbrio monetário e financeiro, no que se evitava a discussão dos efeitos das estabilizações sobre os níveis de renda e emprego. Seu liberalismo, no início da carreira, bebe diretamente na fonte do liberalismo clássico de autores como Smith e Ricardo. Gudin acreditava que as teorias livre-cambistas do classicismo tinham aplicação universal, precisando apenas de adaptações nos “parâmetros” para funcionarem numa nação de economia reflexa como o Brasil. Scalécio e Almeida (2012, p. 142) sintetizam:

Ele buscou identificar “novos parâmetros” e implicações das políticas econômicas de natureza livre-cambista, alterando-as onde necessário. O objetivo era garantir que a eficiência da economia de mercado fosse preservada. A industrialização forçada pela mão estatal era um típico exemplo de caminho torto para dar à economia uma condição eficiente, segundo ele.

Mais tarde, para além dos clássicos do século XIX, ele iria estudar as ideias de Jacob Viner<sup>2</sup> e Gottfried Haberler<sup>3</sup>, dois dos maiores livre-cambistas de sua

---

<sup>2</sup> O economista canadense Jacob Viner (1892 – 1970) foi um dos mentores da criação da Escola de Chicago nos anos 1930. No campo teórico, suas contribuições estão principalmente na área de custo e produção, economia internacional e história da economia (Fonte: <http://www.britannica.com/biography/Jacob-Viner>, acesso em 12 de janeiro de 2016).

<sup>3</sup> Gottfried von Haberler (1900 – 1995) nasceu na Áustria mas fez carreira nos Estados Unidos. Como teórico se dedicou ao estudo do comércio internacional e escreveu a clássica obra *“The Theory of*



época, que preconizavam a divisão internacional do trabalho ao estilo ricardiano, mas tratavam o assunto dentro da metodologia da escola neoclássica, que dominaria a academia mundial a partir do pós-guerra. Foi em Viner que encontrou boa parte das suas teses contra o desenvolvimentismo e a industrialização forçada. Além disso, cultivou amizade pessoal ao longo da carreira com esses dois luminares da academia norte-americana.

Contudo, é necessário assinalar que Gudin não era totalmente contra a industrialização, apenas contra uma “indústria preguiçosa, que amassa fortunas para uma minoria de privilegiados à custa do consumidor, num regime de preços altos e de produtividade muito baixa”, uma indústria instalada artificialmente por obra do governo (GUDIN, 1956, p. 34). Seria apenas a elevação da produtividade na agricultura que poderia liberar a mão de obra do campo para a indústria, fazendo com que esta se desenvolvesse. No debate com os desenvolvimentistas, em especial contra Roberto Simonsen<sup>4</sup> essa tese servia para argumentar contra as políticas de industrialização imediatas (BIELSCHOWSKY, 2001, p. 106). Importante salientar, porém, que Gudin defendia alguma intervenção, mínima, nos momentos de crise; sendo, é claro, que o Estado deveria se abster de tal intervenção nos momentos de prosperidade econômica (BIELSCHOWSKY, 2001, p. 95).

Em 1944, Gudin participou da delegação brasileira que foi à Conferência de Bretton Woods. Segundo Scalécio e Almeida (2012, p. 85), Gudin teria saído satisfeito com as discussões de Bretton Woods, uma vez que os problemas que preocupavam o mundo daquela época foram atribuídos, em parte, ao avanço do protecionismo e à adoção de uma crescente autarquia econômica por parte de países como os Estados Unidos. O resultado da Conferência, na visão de Gudin,

---

*International Trade*” em 1937 (Fonte: <http://www.britannica.com/biography/Gottfried-von-Haberler>, acesso em 12 de janeiro de 2016).

<sup>4</sup> Roberto Cochrane Simonsen (1889 – 1948) formou-se em Engenharia Civil e, em sua carreira, teve grande participação da área empresarial. Defendeu ideias como a participação de capitais e tecnologias estrangeiras no desenvolvimento econômico brasileiro e via na industrialização o caminho para superar a pobreza, além de ter sido autor de obras clássicas como “História Econômica do Brasil” (1937), “Evolução Industrial do Brasil” (1939), “Aspectos da História Econômica do Café” (1940) e titular da ABL (Academia Brasileira de Letras) (CHIEZA e GASPARY, 2014, p. 20). Com tal pensamento, protagonizou, junto com liberal Gudin, o clássico embate conhecido como “A controvérsia do planejamento na economia brasileira”. O debate começou quando Simonsen, então relator do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), elaborou um parecer intitulado “Planificação da Economia Brasileira”, em agosto de 1944. Gudin era, nesta época, relator da Comissão de Planejamento Econômico (CPE), e logo em seguida, em março de 1945, respondeu com o documento “Rumos de Política Econômica”. A réplica de Simonsen veio em junho do mesmo ano, com o documento “O Planejamento da Economia Brasileira”. Gudin fechou o ciclo do debate com a “Carta à Comissão de Planejamento”, em agosto de 1945.

defendia claramente a tese da liberalização do comércio internacional (SCALÉRCIO e ALMEIDA, 2012, p. 85). A partir desse evento, a ligação de Gudin com economistas estrangeiros ficaria cada vez mais estreita. Com suas visitas constantes ao exterior, então, formou uma importante rede de relacionamentos que permitiu a vinda de grandes nomes da economia, assim como também mandou estudantes para o exterior, recomendando-os a economistas importantes, como seus amigos Viner e Harbeler, além do francês Maurice Byé<sup>5</sup>.

Durante o governo Café Filho (1954 – 1955), Gudin foi nomeado ministro da Fazenda, cargo no qual permaneceu durante sete meses, entre setembro de 1954 e abril de 1955 (SCALÉRCIO e ALMEIDA, 2012, p. 25). Antes disso, em 1951, havia sido nomeado por Vargas, em seu segundo governo, governador do Brasil junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) (SCALÉRCIO e ALMEIDA, 2012, p. 26).

Durante o Estado Novo, Gudin escreveu o primeiro manual de economia elaborado no Brasil. O livro-texto “Princípios de Economia Monetária” teve a primeira edição publicada em 1943 e pretendia servir ao ensino de economia em língua portuguesa, uma vez que havia bastante dificuldade dos estudantes com a literatura em língua estrangeira. O livro tratava de assuntos típicos de economia monetária e da macroeconomia, como moeda, bancos, balanço de pagamentos e política cambial. Em 1952, foi lançado um segundo volume, que trazia assuntos como a teoria da taxa de juros, do emprego, políticas monetária e fiscal. A obra, adotada largamente no Brasil por aqueles que estudaram economia em meados do século passado, refletia a inclinação mais caracteristicamente aplicada e menos teórica de Gudin. Bielschowsky (2001, p. 95) resume: “Essa sua principal obra acadêmica mantém uma clara inclinação para a orientação da política econômica”. Sem dúvida, a obra “Princípios de Economia Monetária”, escrita em português e dirigida ao público nacional, influenciou sobremaneira a formação da disciplina no país.

Aliás, em se tratando de ensino de economia, Gudin teve participação crucial no estabelecimento do curso no Brasil. Em 1937, integrou o grupo que criou a Sociedade Brasileira de Economia, cujo intuito era o de fundar uma escola que ensinasse economia como ciência. No ano seguinte, foi fundada a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas no Rio de Janeiro, na qual Gudin ingressou como professor da disciplina de Moeda e Crédito. Posteriormente, a Faculdade

---

<sup>5</sup> Maurice Byé (1905-1968) foi economista e professor em Paris. Seus estudos foram principalmente na área do desenvolvimento econômico e relações econômicas internacionais.

incorporou-se à Universidade do Brasil (mais tarde, Universidade Federal do Rio de Janeiro). Alexandre Kafka (1979, p. 49), amigo economista que trabalhou muitos anos no Fundo Monetário Internacional, resume o que Gudin fez pela academia, com a criação do curso superior de economia: “Trata-se de inovação importante porque antes a economia era ensinada exclusivamente como parte de outros cursos nas escolas de direito, politécnicas ou ainda como uma das disciplinas do curso de ciências sociais das faculdades de filosofia”. Gudin foi o principal articulador da elaboração dos primeiros currículos de ciências econômicas no Brasil, tendo feito visitas aos Estados Unidos, especialmente na Universidade de Harvard, onde foi se aconselhar sobre que grade estabelecer para o curso no país. Entre as diretrizes que Gudin absorveu dos americanos, por exemplo, está a separação dos cursos de economia e administração (SCALÉRCIO e ALMEIDA, 2012, p. 76).

Em relação à educação superior, Gudin apontava, em meados do século XX, uma deficiência que deveria ser sanada para o avanço da ciência no país: a falta de professores que trabalhassem em tempo integral nas universidades. Isso, segundo ele, acontecia em virtude da escassez de bons profissionais, os quais eram absorvidos imediatamente pelo mercado, não sobrando muito tempo para lecionar. Além disso, segundo ele, não havia uma consciência das pessoas para ser professor universitário com dedicação exclusiva, vivendo dentro do *campus*, dedicando-se a pesquisas e aos alunos, tudo isso com um salário modesto, dizia ele (SCALÉRCIO e ALMEIDA, 2012, p. 78).

Gudin também se envolveu com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), criada em 1944. Convenceu o então primeiro presidente da instituição, Luiz Simões Lopes, a formar um núcleo de economia na recém-criada instituição. Juntamente com seu amigo Otávio Gouvêa de Bulhões<sup>6</sup>, conseguiu criar o que seria, mais tarde, em 1950, o Instituto Brasileiro de Economia (IBRE). Isso teve uma importância muito grande. O Núcleo de Economia teve como uma das funções estabelecer uma base de dados econômicos (balanço de pagamentos, renda, índice de preços, etc.). Contando com nomes como Jorge Kingston, Nunes Guimarães, Dodsworth Martins, Jorge Kafuri, Bulhões e João Mesquita Lara, o Núcleo passou a editar, em 1948, a

---

<sup>6</sup> Otavio Gouveia de Bulhões (1906 – 1990) foi um dos maiores economistas do século XX. Junto com Gudin, integrou o time dos pioneiros da economia brasileira, tendo sido, como ele, um liberal. Foi Ministro da Fazenda (um dos criadores do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG)), diretor e superintendente da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) e também professor universitário de economia, além de ter publicado diversos trabalhos científicos.

Revista Brasileira de Economia (RBE)<sup>7</sup> (SCALÉRCIO e ALMEIDA, 2012, p. 90). Este momento foi importante para Gudin, que trabalhou intensamente para que o Brasil tivesse uma produção de conhecimentos e difusão emulando o nível de qualidade dos países desenvolvidos. Foi através da RBE que ele procurou alcançar seu intento, construindo o que desejava ver como uma “versão cabocla da *American Economic Review*” (CHACEL, 1979 *apud* SCALÉRCIO e ALMEIDA, 2012, p. 93).

Segundo Casimiro Antonio Ribeiro, entrevistado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC):

A influência dos dois [Otávio Gouveia de Bulhões e Eugênio Gudin] foi enorme. Eu poderia ficar falando horas, dando exemplos de como eles orientaram, ajudaram e estimularam toda uma nova geração de economistas, dando realmente seriedade à profissão no país, mesmo antes de ela ser regulamentada oficialmente (RIBEIRO, 1981, p. 11).

É demasiado evidente a importância que Eugênio Gudin teve ao longo do desenvolvimento da ciência econômica no Brasil durante o século XX. Essa influência não ficou confinada a somente uma esfera de atuação, ele foi muito importante para a academia, a administração pública, e, como veremos a seguir, para as páginas dos jornais. Como pontuou Roberto Campos, economista entrevistado na obra “Conversas com economistas brasileiros” (BIDERMAN et. al., 1996, p. 37), “[Gudin] é uma figura que tem que ser reexaminada. Foi muito maior que a história corrente retrata”.

### 1.1 O economista nos jornais

A relação de Gudin com os jornais começou quando conheceu um dos mais controversos e brilhantes ícones do jornalismo brasileiro: Assis Chateaubriand (1892 – 1968). Os dois se conheceram em Recife, na época em que o depois economista ainda se dedicava à engenharia. Chatô, como era conhecido, costumava dizer que só havia dois homens de quem ele tinha ciúmes como se fossem mulheres. Um

---

<sup>7</sup> A Revista Brasileira de Economia foi um dos canais pelos quais Gudin expressava suas ideias, além de ter sido o primeiro periódico científico na área de economia. Por sua importância no estudo, será tema de um capítulo específico neste trabalho.

destes homens era Gudin (o outro era o banqueiro Walther Moreira Salles). Foi dessa amizade que surgiu o trabalho de Gudin como articulista de economia, o qual manteve até a década de 1980.

Para um personagem combativo como foi Gudin, com fortes posições ideológicas, a presença em jornais era, segundo os mais recentes biógrafos de Gudin (SCALÉRCIO e ALMEIDA, 2012):

(...) uma trincheira. A partir dela, defendia seus pontos de vista e disparava ferozes petardos contra as visões de Brasil que entendia claramente, sem tirar nem pôr, como nefastas. Ao escrever nos jornais e defender seus pontos de vista sem titubeios, corria riscos, criava desafetos, mas também propagava suas posições que influenciavam uma importante parcela da opinião pública. Enquanto a saúde permitiu, frequentou as páginas dos jornais e travou lutas contra os seus dragões e moinhos de vento prediletos. Dificilmente, na história do Brasil, houve um articulista tão produtivo quanto Eugênio Gudin (SCALÉRCIO e ALMEIDA, 2012, p. 9).

Gudin escreveu em três jornais ao longo da vida. O Jornal, de 1924 a 1926; Correio da Manhã, de 1927 a 1954; e O Globo, de 1958 a 1986, ano em que faleceu. Houve também uma breve passagem pelo jornal O Estado de São Paulo, logo após o período em que foi Ministro da Fazenda do governo Café Filho.

Os jornais constituíram o meio pelo qual o economista tratava dos temas espinhosos da economia em uma linguagem acessível ao público leigo. Neles, abordou temas como inflação, orçamento público, estabilização monetária e desenvolvimento econômico, além de combater o intervencionismo estatal e defender o aperfeiçoamento técnico da agricultura – e estes são apenas alguns exemplos, já que sua biografia indica que Gudin tratou de mais de mil temas ao longo de sua carreira como articulista (SCALÉRCIO e ALMEIDA, 2012, p. 260). Utilizava-se bastante dos dados estatísticos que eram divulgados pelo IBRE, como uma forma de corroborar as informações que passava e também para prestigiar o Instituto (SCALÉRCIO e ALMEIDA, 2012, p. 264).

Assim como nas demais áreas de sua vida, no jornalismo Gudin também foi pioneiro. Na época em que começou a atuar como articulista, “a quase totalidade dos artigos sobre economia publicados na imprensa analisava os fenômenos econômicos de maneira maçuda, pedante e mal redigida” (SCALÉRCIO e ALMEIDA, 2012, p. 262). Portanto, seu jeito leve e coloquial o colocou em destaque no cenário jornalístico e contribuiu para que as pessoas ficassem mais bem informadas sobre

economia (ainda que seu objetivo primordial fosse defender seus pontos de vista). Mesmo com o cuidado que tomava com a linguagem para evitar o pedantismo comum à época em artigos econômicos, Gudin foi alvo de críticas daqueles que duvidavam da adequação do jornal como espaço para discussões mais aprofundadas. O economista respondia dizendo que se o país tivesse governantes conhecedores de economia, os economistas poderiam ficar longe dos jornais. Em tom autoapologético, completava afirmando ser empreendedor de “tarefa patriótica” ao aceitar a missão de iluminar a opinião do país e de seus governantes (LATTANZI, 2014, p. 6).

A despeito das críticas, porém, o seu prestígio o levou a receber diversas homenagens no jornal em que foi colunista fixo por quase 30 anos. Foi o caso do volume especial “As Memórias de Gudin”, em 1979<sup>8</sup>, e da reportagem “Gudin, 100 anos”<sup>9</sup>, que o jornal fez em homenagem ao seu centenário (O Globo, 1979 e O Globo, 1986). Voltaremos a analisar mais detalhadamente o conteúdo dos seus artigos de jornal num dos capítulos seguintes.

---

<sup>8</sup> O especial “As memórias de Gudin” foi publicados no jornal O Globo entre outubro e dezembro de 1979. Tratavam-se de entrevistas feitas com Gudin sobre diversos temas, principalmente de cunho político e econômico, mas também sob aspectos de sua vida pessoal, como sua experiência enquanto Ministro da Fazenda. (Fonte: <http://acervo.oglobo.globo.com/>, acesso em 18 de fevereiro de 2016).

<sup>9</sup> O especial “Gudin, 100 anos” foi publicado em edição única no dia 13 de julho de 1986, apenas três meses antes de sua morte. (Fonte: <http://acervo.oglobo.globo.com/>, acesso em 18 de fevereiro de 2016).

## **CAPÍTULO 2 – A RETÓRICA COMO CIÊNCIA DA ARGUMENTAÇÃO E A ECONOMIA**

Retórica é uma palavra derivada do grego e significa “a arte de convencer e persuadir”. Para isso, a retórica pretende ajudar aquele que deseja persuadir a comunicar uma ideia de forma clara e com convicção (ARIDA, 2003, p. 13). A arte de convencer ou persuadir o outro não é algo recente. Desde as antigas civilizações, as técnicas de retórica servem aos grandes oradores. Na Grécia antiga e também em Roma, era comum os homens se reunirem em praças para ouvir discursos, na maior parte das vezes de cunho político. Além disso, as obras literárias como *Ilíada* (século VIII a.C) e *Odisseia* (século VIII a.C), de Homero (928 a.C – 898 a.C), contêm assembleias e discursos, mostrando que falar bem era importante na sociedade daquela época (JUNIOR, 2005, p.16). Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) resumem assim a importância dessa técnica (ou arte), na antiguidade: “a ideia de adesão de espíritos aos quais se dirige um discurso é essencial em todas as teorias antigas da retórica” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 6).

No entanto, com o passar do tempo, a retórica passou a contar com uma imagem negativa na academia. Segundo Junior (2004, p. 1), a retórica passou a ser vista como manipulação linguística, uma forma de tornar válidos discursos sem conteúdo em detrimento de uma argumentação baseada em princípios e valores. Esse foi o caso durante algum tempo. Contudo, houve um movimento no século XX de restauração da retórica ao “seu velho estatuto de teoria e prática da argumentação e nova rainha das ciências” (JUNIOR, 2004, p. 1). Nesta retomada de uma ciência tão antiga em tempos modernos, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) buscaram fazer um estudo que a tornasse mais ampla, analisando tanto discursos falados (a origem, por assim dizer, da retórica, recai nos estudos dos discursos orais) como escritos (muito popularizados na contemporaneidade). Publicaram, então, o famoso “Tratado da Argumentação: a nova retórica”, originalmente de 1958.

Independentemente do tema tratado no discurso ou do meio utilizado para se expressar, porém, o objetivo de uma argumentação sempre será o de obter a adesão do público. Este é um ponto muito importante ao longo deste trabalho: em qualquer discurso, o orador/escritor pretende convencer o ouvinte/leitor de uma ideia e quer que este passe a compartilhá-la. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 7)

explicam que a ideia de auditório é necessária quando pensamos em um discurso. O texto sempre é condicionado pelo público que se pretende persuadir – e disto devem depender todas as escolhas que serão feitas ao longo do texto, como a escolha dos dados apresentados e a linguagem. Desta forma, diferentes auditórios requerem discursos adaptados às suas peculiaridades.

## 2.1 As ideias do discurso

O ponto inicial de qualquer discurso é o que se pretende dizer. Esta afirmação parece óbvia, mas pode ser analisada de maneira muito mais profunda sob a ótica da retórica e também dos estudos dos modelos mentais. Na realidade, esse dois temas se complementam e nos auxiliam a entender o tema deste trabalho. Enquanto o estudo da retórica é muito mais focado na mensagem e no emissor, bem como suas estratégias de comunicação, a noção de modelos mentais tem como cerne os aspectos psicológicos do receptor da mensagem<sup>10</sup>. Isso não quer dizer que a retórica, mais especificamente o texto de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), não aborde a questão do receptor. No entanto, acreditamos que o conceito de modelo mental ajuda a aprofundar a análise dos auditórios, isto é, de quem estará recebendo a mensagem.

Neste capítulo usamos a retórica e modelos mentais, para fazer um estudo mais aprofundado do tema do auditório e da transmissão de uma mensagem via retórica.

Quando pretende dissertar sobre um tema, como vimos na seção anterior, o objetivo é que os receptores da mensagem sejam convencidos de que as ideias do orador são verdadeiras e válidas. Mas é importante levar em consideração que as pessoas para quem se fala ou escreve não são mentes vazias de suas próprias ideias. Antes de receber as palavras do orador, as pessoas já têm um rol de ideias formadas em sua mente, fruto do meio a que foram expostas, como as interações sociais, as condições socioeconômicas, etc. Assim, segundo Donald Norman (2014,

---

<sup>10</sup> Ver mais no Anexo 1.



p. 7), a visão que as pessoas têm do mundo e de si mesmas depende das concepções que se originam da interação com o meio e com outras pessoas.

Desta forma, todas as pessoas formam modelos mentais em relação a elas mesmas e às coisas com as quais ela interage. Enquanto as instituições são responsáveis por impor as regras a serem seguidas pela sociedade – uma imposição externa –, os modelos mentais interpretam as instituições de forma individual, fazendo com que cada pessoa seja diferente e tenha ideias distintas umas das outras (DENZAU e NORTH, 1994).

No entanto, como os modelos mentais não são fixos ao longo da vida de uma pessoa, ou seja, aquilo no que ela acredita e que forma o conjunto de ideias que norteiam suas ações pode mudar, o orador tem a chance de incutir novas ideias no modelo mental dos indivíduos sobre os quais pretende agir.

As pessoas são susceptíveis à influência das ideias, sendo possível, a partir do discurso, convencer e persuadir o outro a pensar e agir da mesma forma que o orador/escritor. *“Mental models are shared by communication, and communication allows the creation of ideologies and institutions in a co-evolutionary process”* (DENZAU E NORTH<sup>11</sup>, 1994 *apud* DIB, 2003, p. 254). Assim, é possível alterar as crenças do auditório e criar nele uma disposição para agir de forma coerente com as crenças do orador/escritor. Este é, de fato, o objetivo de toda argumentação. Nas palavras de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 50), o que se pretende é “provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam”. Ou seja, o orador trabalha de forma a conquistar esta adesão às ideias, desencadeando ações ou disposição para tais. Para isso, o orador deve partir de teses aceitáveis para o auditório, e conhecer suas visões – em outras palavras, os modelos mentais compartilhados.

Ainda que a argumentação possa produzir este efeito, porém, o processo de comunicação não é simples. Ao comunicar uma ideia, o argumentador pode encontrar barreiras culturais, linguísticas, ou mesmo de crenças arraigadas – o fanatismo, por exemplo, que se caracteriza por sujeitos que não aceitam discutir ideias diferentes das suas, é uma destas barreiras (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005).

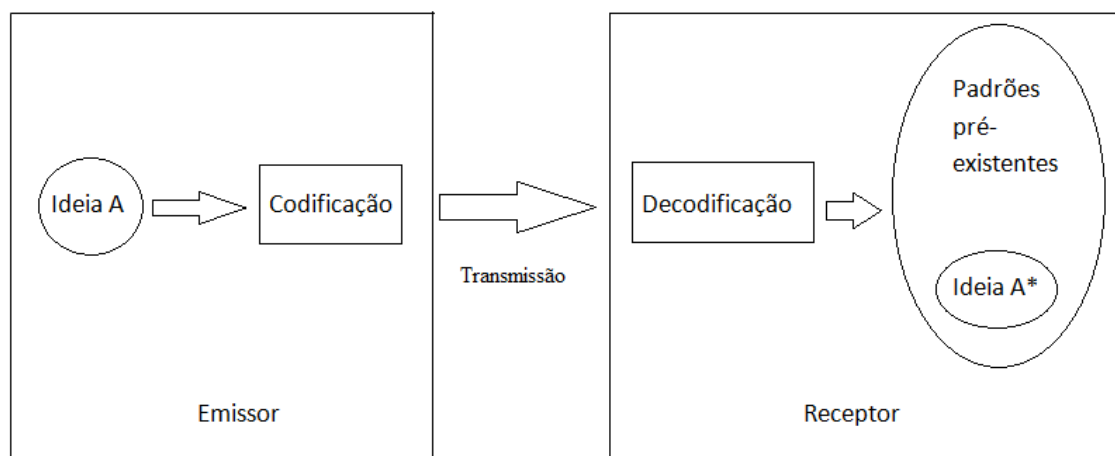
---

<sup>11</sup> DENZAU, A.T., e NORTH, D. (1994). **Shared Mental Models: Ideologies and Institutions**. *Kyklos*, vol. 47, fasc. 1: 3-31.

Spengler (1970) enumera vários fatores que podem influir na transmissão de uma ideia econômica. A não conceituação completa ou bem acabada da ideia, já que este é um pré-requisito para a transmissão (a ideia já precisa ter sido bem trabalhada teoricamente antes de ser transmitida); o uso da linguagem matemática, que diminui (ou aumenta) os ruídos, e a dificuldade da tradução; a existência de regimes de poder coercitivos (como ditaduras), que podem minimizar o leque de ideias que chegam até a população; a própria cultura de determinado país ou região, suscetível a aceitar novas ideias ou não; e a linguagem (tanto a forma, mais clara ou mais rebuscada, como o idioma). Ainda, uma ideia terá mais chance de ser aceita quanto maior for o grau de utilidade para determinada comunidade.

Denzau e North<sup>12</sup> (1994, apud Dib, 2003) mostram, em um diagrama, como se dá o processo da comunicação à luz dos modelos mentais.

Diagrama 1 – Comunicação entre dois agentes



Fonte: Dib (2003)

Vejamos que o diagrama pressupõe um processo duplo de codificação-decodificação. A ideia *A* não será transmitida sem antes ser codificada pelo emissor, ou seja, a transmissão da ideia não é isenta de parcialidade (não no sentido necessariamente ideológico, mas das particularidades diversas dos modelos mentais e de outros traços da personalidade do emissor). Da mesma forma, quando a ideia chega ao receptor, este a internaliza segundo suas próprias crenças, sendo que mais uma vez atua sobre ela a parcialidade.

<sup>12</sup> DENZAU, A.T., e NORTH, D. (1994). **Shared Mental Models: Ideologies and Institutions**. Kyklos, vol. 47, fasc. 1: 3-31.

## 2.2 Fatos, presunções, valores e hierarquias

Os padrões pré-existentes são, nesse gráfico, os modelos mentais que as pessoas carregam. Quando se formam grupos de pessoas em um só auditório (os economistas, por exemplo), certas coisas são tomadas como fatos inquestionáveis, enquanto outras são apenas hipóteses, ou, nas palavras de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), presunções.

Os fatos não são universais e variam de auditório para auditório. Por exemplo, a “lei de oferta e demanda” pode ser interpretada como um fato para os economistas, e pouquíssimos entre eles não compreenderão uma referência a ela, mas o mesmo pode não ser verdadeiro para um leigo que nunca estudou economia. A “lei da oferta e da demanda”, algo bastante difundido mesmo entre os não economistas, invoca pré-concepções diferentes em um auditório de economistas e de “leigos”. No entanto, se um economista viesse a público com uma teoria que invalidasse a lei de oferta e demanda, em parte ou no todo, outra lei poderia surgir e mudar o fato (decorrente da teoria) antes tido como absoluto. Isso porque o fato pode mudar e deixar de ser aceito a qualquer momento da argumentação – ou porque foram levantadas dúvidas, ou porque outras pessoas foram acrescentadas ao auditório inicial, tornando-o não unânime em torno da crença. Os autores frisam, no entanto, que, embora um fato possa perder seu *status* facilmente em teoria, isto não ocorre na prática, uma vez que “o interlocutor não se contentará com uma mera denegação, que poderia ser julgada simplesmente ridícula” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 76). Ademais, a concepção de auditório especializado nos permite dizer que, para invalidar parte ou o todo de uma lei, determinada linguagem deverá ser utilizada – a linguagem que ressoa em modelos mentais do auditório específico. Já as presunções diferem dos fatos por seu menor grau de adesão por parte do auditório, ou, em outras palavras, por não obterem *status* de unanimidade.

Enquanto os fatos e presunções encontram-se no campo do real, os valores presentes no auditório – “objetos de acordo que não pretendem a adesão do auditório universal” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 85) – estão no campo do preferível. Ainda que não sejam tão importantes nas ciências exatas, “nos campos jurídico, político, filosófico os valores intervêm como base de argumentação

ao longo de todo o desenvolvimento” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 84). Aqui, nossa concepção da ciência econômica a aproxima mais das ciências humanas do que das exatas.

Os valores podem ser abstratos – mais vinculados ao revolucionário, à mudança – ou concretos – que se vinculam a algo palpável, como um ente vivo, um grupo ou objeto. “A argumentação se baseia, conforme as circunstâncias, ora nos valores abstratos, ora nos valores concretos; às vezes, é difícil perceber o papel representado por uns e outros” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 88).

Dentro do escopo de valores dos indivíduos, estes os colocam em uma escala de hierarquias, que estabelece o que é superior. As hierarquias são classificadas em concretas (como humanos são superiores aos animais) ou abstratas. As hierarquias são mais importantes que os próprios valores, ou seja, os valores podem ser comuns a vários auditórios, mas o grau de importância que se dá a eles faz com sejam únicos (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 92).

### 2.3 A linguagem e o público

Conforme já mencionado na seção 2.1, a linguagem pode representar uma barreira para a comunicação entre dois agentes. Uma argumentação baseada em uma linguagem desconhecida pelo público – seja um idioma diferente ou com o uso de jargões específicos de uma determinada área – pode falhar no objetivo de obter a adesão do interlocutor.

Um exemplo é a transmissão de ideias rebuscadas ao público infantil. Utilizar conceitos abstratos com uma criança não a faz mudar de atitude. Ela precisa de exemplos palpáveis e de metáforas para compreender a mensagem. Da mesma forma, o público leigo não compreenderá uma mensagem de cunho econômico sem a devida simplificação. Logo, a existência de uma linguagem comum é uma das condições de uma argumentação bem-sucedida (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005). Quando fala de maneira adequada a cada situação e público, o orador aumenta as chances de a ideia ser bem aceita. Se o orador não leva isto em consideração, corre o risco de não ser compreendido, uma vez que a linguagem se

tornaria uma barreira, principalmente quando se trata de um auditório não qualificado (SPENGLER, 1970, p. 149).

Além disso, é preciso haver entre o orador e o interlocutor ou auditório aquilo que Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) chamam de contato de espíritos, ou seja, o orador precisa ser importante para o público; é preciso que este tenha vontade de ouvi-lo ou lê-lo. “Não basta falar ou escrever, cumpre ainda ser ouvido, ser lido. (...) Não nos esqueçamos de que ouvir alguém é mostrar-se disposto a aceitar-lhe eventualmente o ponto de vista” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 19).

Portanto, para obter êxito na argumentação, o orador precisa, antes de tudo, conhecer bem o seu interlocutor. O auditório é dividido por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) em três possíveis:

- Universal<sup>13</sup>: o auditório universal é aquele formado por toda a humanidade ou por todas as pessoas racionais e capazes de entender o argumento apresentado;
- Particular: composto por uma única pessoa ou segmento de pessoas (JØRGENSEN, 2009);
- O próprio orador (deliberação consigo próprio).

No caso em análise neste trabalho, Eugênio Gudín lida com três públicos diferentes: os alunos da graduação (com “Princípios de Economia Monetária”), os economistas (na RBE) e a sociedade em geral (nos jornais). Pode-se dizer que ele tem três auditórios particulares, cada um com as suas peculiaridades que exigem do autor uma capacidade de adaptação para conquistar a atenção de todos e ser lido, ser ouvido.

## 2.4 Escolha e interpretação dos dados

---

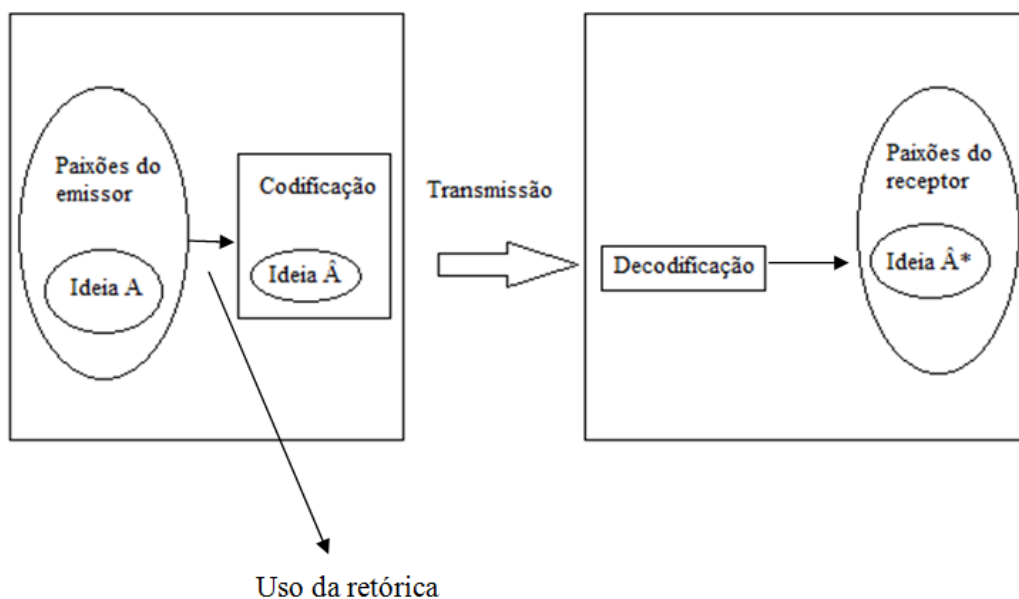
<sup>13</sup> A noção de auditório universal em Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) é tão complexa que inspirou a redação de diversos artigos que pretendem entendê-la e explicá-la. Charlotte Jørgensen (2009) observa que a interpretação do conceito é tão ampla que os diversos autores que tentam fazê-lo chegam a conclusões muito diferentes.

Outro fator a ser observado pelo argumentador é a escolha dos dados. Para cada auditório, há um escopo de dados que melhor se encaixa para atrair-lhe a atenção e mais facilmente atingir o objetivo de torná-lo propenso a uma ação: “(...) o papel da seleção é tão evidente que, quando alguém menciona fatos, deve sempre perguntar-se o que estes podem servir para confirmar ou para invalidar” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 132).

Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 133), a seleção dos dados é importante porque os que se fazem presentes ao interlocutor são os que existem (para este interlocutor), ao passo que os não selecionados pelo argumentador não estão presentes na mente do auditório. Desta forma, o orador precisa se preocupar em “tornar presente, apenas pela magia do seu verbo, o que está efetivamente ausente e que ele considera importante para a sua argumentação, ou valorizar, tornando-os mais presentes, certos elementos efetivamente oferecidos à consciência” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 133).

Assim, tendo em vista esta seleção dos dados mais importantes (ou adequados ao objetivo traçado pelo orador), Dib (2003) nos apresenta uma segunda versão do diagrama da comunicação, em que acrescenta o que chama de “paixões do emissor” e “paixões do receptor”.

Diagrama 2 – Comunicação entre dois agentes com o uso da retórica



No diagrama 2, vemos como a retórica serve para adaptar a ideia A, tornando-a mais palatável ao gosto do receptor. O processo de adaptação não é perfeito – uma vez que ele não estará 100% alinhado ao pensamento do receptor – mas facilita a aceitação por parte deste que, por sua vez, interpreta o que foi dito à luz de suas próprias paixões.

Como salientam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), ao estudar a argumentação passamos a levar em consideração não apenas a interpretação dos dados, mas também a maneira como estes são interpretados (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 137).

Dib (2003) salienta, porém, que o processo de adaptação pode, em um extremo, fazer com que o orador seja manipulado pela sua plateia.

A genuína capacidade de formar crenças está em ceder às convicções da plateia, na medida em que isso facilita o processo de convencimento sem, contudo se deixar instrumentalizar por ela. Trata-se de um processo de troca, no qual a estratégia do emissor consiste em persuadir o receptor de modo que este ceda uma amplitude maior de suas crenças em comparação à adaptação do emissor às crenças da plateia. Essa habilidade caracteriza o bom uso da retórica. (DIB, 2003, p. 258)

Por fim, em um caso extremo, para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) a técnica argumentativa ideal seria aquela que se imporia a todos os auditórios compostos por homens racionais. “A busca de uma objetividade, seja qual for a sua natureza, corresponde a esse ideal, a esse desejo de transcender as particularidades históricas ou locais de modo que as teses defendidas possam ser aceitas por todos” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 29). Para tanto, os autores dizem que uma técnica válida é a da repetição, uma vez que ela cria a presença da ideia na mente do interlocutor (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 164).

## 2.5 Os diferentes discursos para os diferentes auditórios

Como demonstrado nas seções anteriores, saber identificar quem é o seu auditório é ponto crucial para a eficácia da argumentação, pois a partir disso o orador desenvolverá seus argumentos. Exemplo disso é dado por Bianchi (2003),

em sua análise de dois textos escritos pelo argentino Raul Prebisch<sup>14</sup> cujos auditórios eram distintos.

Prebisch fazia parte da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), entidade ligada ao Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ONU), como membro da equipe técnica e posteriormente como secretário-executivo. A CEPAL ocupou importante espaço na geração e transmissão de ideias econômicas heterodoxas que influenciaram a América Latina (Bianchi, 2003, p. 232).

Como explica Bianchi (2003, p. 232), Prebisch defendia que “os países periféricos, exportadores de matéria-prima e produtos primários para os países industrializados (“centrais”), sofriam de um declínio secular nos seus termos de troca”<sup>15</sup>. Assim, os países menos desenvolvidos acabariam presos em um círculo vicioso de baixa produtividade e baixa taxa de poupança. Para acabar com a desigualdade entre os países centrais e periféricos, era preciso realizar um processo de industrialização forçada, fazendo com que os países menos desenvolvidos passassem a produzir os produtos antes importados (o processo conhecido como substituição de importações). Estas mudanças sugeridas na estrutura da economia deram o nome de *estruturalismo* à tese (Bianchi, 2003, p. 233).

Os dois textos analisados pela autora são “O desenvolvimento da América Latina e seus principais problemas” (PREBISCH, 1949)<sup>16</sup> – tratado como *Manifesto* –, e “*Estudio económico de America Latina*” (PREBISCH, 1950)<sup>17</sup>, chamado pela autora de *Estudio*. No primeiro caso, Prebisch tinha como público-alvo os executivos e governantes latino-americanos. Como estas pessoas já estavam familiarizadas com as teses nacionalistas e desenvolvimentistas, havia uma premissa comum em prol da industrialização. “Para esse primeiro auditório, Prebisch precisava construir

---

<sup>14</sup> Raúl Prebisch (1901 — 1986) foi um dos mais importantes economistas argentinos. Destacou-se como teórico, professor universitário e funcionário público. Teve importante papel na cocriação da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) e do Banco Central Argentino (segundo uma biografia publicada pela própria CEPAL, intitulada “Raúl Prebisch e os desafios do desenvolvimento do século XX”, disponível em <http://prebisch.cepal.org/es/breve-biografia-prebisch>, acesso em 14 de janeiro de 2016). Com sua experiência em um país subdesenvolvido como a Argentina, criou uma linha teórica que ficou conhecida como estruturalismo (Bianchi, 2003). Segundo esta teoria, que se tornou a linha condutora da CEPAL, os países periféricos só conseguiriam superar o atraso com um processo de industrialização e substituição de importações.

<sup>15</sup> Os termos de troca de um país são a relação entre os preços de exportação e de importação.

<sup>16</sup> MANIFESTO (1949). Prebisch, Raúl. “Desarrollo económico de América Latina y sus principales problemas”. Santiago: CEPAL, E/CN.12/0089, 87 pp. (publicado em 1950 na *Revista Brasileira de Economia*, com sumários em inglês e francês).

<sup>17</sup> ESTUDIO (1950). Naciones Unidas, Comisión Económica para la América Latina, *Estudio Económico de América Latina 1949*. Santiago: Secretaria Geral.



um discurso que conferisse legitimidade teórica a suas crenças” (BIANCHI, 2003, p. 234).

O oposto acontece com o *Estudio*. O auditório deste texto é composto por especialistas acostumados a ler documentos oficiais da ONU. Além disso, a maioria do público era de fora da América Latina e, portanto, não estavam familiarizados com a tese industrializante. Como o auditório era qualificado e com formação majoritariamente neoclássica, Prebisch precisava ter maior habilidade de comunicação (BIANCHI, 2003, p. 234). Na realidade, ele se afastou da teoria ortodoxa em virtude de considerá-la obsoleta, sendo que o protecionismo, o livre câmbio e a livre concorrência eram alguns dos pontos que ele considerava defasados e que justificariam a necessidade de uma revisão de toda a literatura a fim de identificar erros e acertos (COUTO, 2007, p. 47). Assim, ele conhecia muito bem a economia tradicional a ponto de se apoderar dela para convencer um público com esta linha de pensamento.

Bianchi faz uma análise dos dois trabalhos individualmente, resumida no quadro abaixo, que contém os principais instrumentos retóricos utilizados nos dois textos.

Quadro 1 – Principais instrumentos retóricos utilizados por Prebisch

	<b>Manifesto</b>	<b><i>Estudio</i></b>
<b>Data de publicação</b>	1949 (apresentado durante assembleia da CEPAL em Havana, Cuba).	1950 (apresentado durante assembleia geral da CEPAL em Montevideu, Uruguai).
<b>Estilo do discurso</b>	Com discurso argumentativo, advoga ativamente em prol de um determinado ponto de vista (substituição de	Conduta mais cautelosa na argumentação. A defesa do bem-estar não está mais presente, mas continua defendendo a substituição de

	importações via proteção estatal, defesa do bem-estar social).	importações com intervenção estatal <sup>18</sup> .
<b>Objetivo da argumentação</b>	Caráter normativo (indicação da necessidade de criar soluções adequadas).	Mantém o estilo normativo, porém não explicitamente <sup>19</sup> .
<b>Teoria neoclássica</b>	Crítica à teoria neoclássica.	Crítica atenuada (chega a usar algumas teorias neoclássicas).
<b>Dados estatísticos</b>	Utiliza de dados estatísticos.	Utiliza dados estatísticos com mais ênfase <sup>20</sup> .
<b>Eixo condutor</b>	Metáfora centro-periferia <sup>21</sup> .	Metáfora centro-periferia, explicando claramente os dois estágios da Divisão Internacional do Trabalho.
<b>Escolha de dados</b>	Ocultação de alguns dados <sup>22</sup> .	Ocultação de alguns dados.
<b>Partidarismo</b>	Forte caráter partidário <sup>23</sup> ;	O caráter partidário

<sup>18</sup> “O ‘grito de guerra’ não estava mais lá, e a ‘linguagem era agora serena, como convém para um texto que quer chamar a atenção do mundo acadêmico” (Furtado, 1985, p. 76 *apud* Bianchi, 2003, p. 241).

<sup>19</sup> Ao contrário, ele diz que não tem a intenção de recomendar uma política, pois isso iria além do objetivo de um relatório (Bianchi, 2003, p. 240).

<sup>20</sup> Neste texto, Prebisch tenta colocar mais dados para compensar a deficiência que havia neste campo. A partir destes dados ele mostra a queda da capacidade importadora da América Latina (Bianchi, 2003, p. 239).

<sup>21</sup> Esta é, segundo Bianchi (2003, p. 236), a linha condutora do texto, pois a metáfora é utilizada para enfatizar uma ideia (a de que os países periféricos, mais especificamente os latinos, são prejudicados nas relações com os países centrais) em detrimento de outra. A metáfora serve, neste caso, para tornar presente para o leitor um determinado fato ou ideia, enquanto o restante é deixado de lado.

<sup>22</sup> Esta manobra serve para melhor sustentar as suas teses. Por exemplo, para aumentar a renda per capita ele sugere a melhora da produtividade e da renda, mas omite a queda da taxa de natalidade como solução (Bianchi, 2003, p. 237).

	<p>“grito de guerra”, nas palavras de Furtado<sup>24</sup> (1985, p.70 <i>apud</i> Bianchi, 2003, p. 237).</p> <p>desaparece<sup>25</sup>.</p>
--	--

Fonte: Elaboração própria

No quadro acima, é feita uma comparação sistemática entre os dois textos, “Manifesto” e “*Estudio*”. O estilo do discurso mostra que a forma como Prebisch fala de um mesmo tema (desenvolvimento econômico dos países latino-americanos) é diferente, sendo que a força com que defende seus ideais diminui quando o público passa a ser composto por membros da ONU. Da mesma forma, ainda que a substituição de importações seja ideia comum defendida nos dois documentos, a defesa do bem-estar deixa de aparecer no *Estudio* porque não seria, na visão de Prebisch, eficiente do ponto de vista argumentativo quando o público não era da América Latina. Da mesma forma, o caráter normativo se atenua e o partidarismo desaparece porque o público muda e exige do autor maior rigor teórico (o que justifica o uso mais frequente dos dados estatísticos). A crítica à teoria neoclássica não poderia, também, ser tão contundente ao falar com seus defensores e seguidores (economistas ortodoxos).

Bianchi conclui, portanto, que a argumentação de Prebisch é bastante diferenciada nos dois textos, utilizando-se de um discurso mais enfático quando se dirigia ao público latino-americano e mais contido quando falava a um público mais especialista.

## 2.6 A retórica na economia

Vimos no início deste capítulo que os estudos da retórica remontam às antigas civilizações, sendo que a arte de falar a diferentes auditórios já era estudada

<sup>23</sup> Bianchi (2003, p. 237) cita a utilização das palavras “piora” e “perda” como exemplos deste partidarismo. Além disso, o emprego da palavra “nós” em lugar da terceira pessoa do singular é um sinal de sua identificação com a América Latina.

<sup>24</sup> FURTADO, Celso (1985). *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

<sup>25</sup> O texto passa a ser escrito todo na terceira pessoa do singular (neutro), anonimamente (de acordo com as regras da ONU). Ele utiliza eufemismos em um texto mais institucional (Bianchi, 2003, p. 240).

por Aristóteles há muitos anos. No entanto, apenas na década de 1980 surgiram os primeiros estudos sobre retórica na economia. Mais especificamente, o marco deste campo de estudo é a publicação de dois textos no ano de 1983: “*The rethoric of economics*”, escrito por Deirdre McCloskey, e “A história do pensamento econômico como teoria e retórica”, de Pêrsio Arida<sup>26</sup>. Antes disso, porém, a retórica já era utilizada pelos economistas, sendo que em cada contexto ela possui (ou pode possuir) uma característica específica (GALA, 2003, p. 3). Segundo Arida (2003, p. 36),

Esses contrastes demonstram que as regras retóricas estão sujeitas a certa historicidade. O discurso persuasivo ideal para os autores dos artigos no *Economic Journal* tem propriedades certamente diversas daquele vigente para os autores dos artigos no *Journal of Economic Theory*.

Entretanto, ainda que haja diferenças consideráveis, Arida (2003) busca encontrar um núcleo comum a todas as retóricas e estabelece sete regras, que estariam presentes em todos os momentos históricos. Seriam elas:

- a) Simplicidade: a regra que diz que explicações simples são melhores que as complexas, ainda que o tema em tela seja complexo;
- b) Coerência: característica que torna uma linha de pensamento (como a neoclássica, por exemplo), unificada, sendo possível que seguidores desta linha se reconheçam uns aos outros facilmente;
- c) Abrangência: capacidade de explicar a evidência empírica disponível;
- d) Generalidade: capacidade de incluir seu rival como um caso particular, reescrevendo as teses rivais em suas próprias palavras;
- e) Redução de metáforas: ainda que todo argumento retórico contenha metáforas, o melhor argumento é aquele que contém menos metáforas. “A metáfora atinge o máximo de eficiência retórica no início do debate ou na apresentação de certas proposições originais: no decorrer dos debates, tenta-se prescindir de sua ajuda (...)” (ARIDA, 2003, p. 40);

---

<sup>26</sup> Esse último texto não ficou muito conhecido fora do Brasil porque foi publicado em português e como um texto para discussão da PUC-RJ. Entretanto, considerando a cronologia das publicações, é lugar-comum entre os economistas brasileiros admitir que Arida tenha pensado nas questões retóricas da economia ao mesmo tempo que a economista norte-americana.

- f) Formalização: aqui se trata do poder de persuasão maior que o argumento formalizado tem em relação ao que é formado apenas por palavras. No entanto, frisa-se que esta formalização só é útil quando o público-alvo é capaz de compreendê-la e, do contrário, pode ser prejudicial;
- g) Reinvenção da tradição: estratégia de retórica que faz um recorte do passado para “reivindicar para si uma tradição de pensamento e isolar o oponente como fruto de um desvio da tradição correta” (ARIDA, 2003, p. 40). Foi o que fez Keynes, por exemplo, ao inventar os clássicos e retomar o pensamento de Malthus.

Arida (2003) nos traz ainda uma oitava regra, que ele diz ter tácita na retórica.

- h) Ignorar interesses práticos: o argumentador não deve expor os interesses práticos que o levaram a escrever determinado texto, ainda que os tenha em mente. A ideia aqui é, ainda que não totalmente possível, tentar superar as ideologias.

Já McCloskey (1983) observa que os economistas não sabem utilizar todo o repertório que a retórica lhes apresenta. *“Economists should become more self-conscious about their rhetoric, because they will then better know why they agree or disagree, and will find it less easy to dismiss contrary arguments on merely methodological grounds* (MCCLOSKEY, 1983, p. 482). Mas, segundo a autora, a retórica nada mais é que explorar ideias em uma conversa, e isso os economistas fazem indo de conferência em conferência.

Em uma análise mais profunda da maneira como os economistas fazem a ciência econômica, McCloskey (1983) observa que esta ciência é fortemente influenciada pelo modernismo – corrente que ela julga inapropriada e obsoleta – sem que aqueles tenham conhecimento de suas premissas. Isso constituiria um empecilho na conversação entre economistas, e o objetivo da autora é, em um tempo no qual pouco se falava do assunto, ajudar no amadurecimento da ciência econômica. E a boa conversa (que é a retórica) é a base de uma boa ciência. Além disso, McCloskey (1983) se preocupa com a aproximação da economia com outras

ciências, a qual seria mais fácil sem a excessiva matematização da linguagem (que tem também o seu mérito de clarificar algumas questões) (ARAÚJO, 2006, *passim*).

### CAPÍTULO 3 – A REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA

Uma importante atuação de Gudín como pioneiro do conhecimento econômico no Brasil foi a criação da Revista Brasileira de Economia, para a qual o economista pretendia o *status* de periódico científico da área, nos moldes em que eram as famosas revistas britânicas e americanas. Além de principal criador, Gudín também foi seu primeiro editor e grande colaborador (ISSLER, 2000, p. 249).

Mas antes de falar da RBE, é preciso entender um pouco mais profundamente os objetivos do Núcleo de Economia fundado na FGV. Naquele tempo, faltava quase todo o necessário para o encaminhamento de boas pesquisas econômicas no Brasil. Faltavam as pessoas qualificadas, os dados e, o que poderia resolver as duas questões anteriores, os recursos financeiros. Assim, baseado na FGV, que contava com apoio financeiro, Gudín planejou um Núcleo de Economia que seria responsável por elaborar as primeiras séries estatísticas modernas em economia no país. No entanto, o objetivo não era apenas elaborar e arrolar os dados, mas, da mesma forma, analisá-los (KAFKA, 1979, p. 50).

Com o objetivo de criar e publicar um banco de dados sobre diversos indicadores, como custo de vida e balanço de pagamentos, Gudín buscou auxílio técnico com pessoas mais experientes, estrangeiros, até que conseguiu desenhar um primeiro sistema de Contas Nacionais (que mais tarde passou a ser responsabilidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE). Ganhando espaço dentro da FGV pela sua seriedade e sofisticação intelectual, o Núcleo acabou se tornando o Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), em 1951, que nasceu com a missão de elaborar os indicadores econômicos do país.

O IBRE já surgiu com duas revistas sob sua edição: a revista Conjuntura Econômica, cuja função era divulgar os índices econômicos produzidos no Instituto, e a RBE, a revista propriamente científica. A primeira foi responsável pelo maior interesse da sociedade pelo IBRE, tendo sido, segundo Chacel (1966, p.4), por muito tempo, “o único instrumento de orientação dos agentes econômicos de produção e consumo, em matéria de preços”.

Já a RBE estaria “dedicada a estudos teóricos e, principalmente, análises de maior envergadura da história e atualidade econômicas brasileiras” (KAFKA, 1979, p. 49). Segundo um artigo publicado por Adroaldo Moura da Silva, Carlos Antonio

Luque e Hélio Nogueira Silva Cruz, na própria RBE, a revista nascera fora do ambiente acadêmico, mas com forte vínculo com a universidade, ainda que informal (SILVA et. al. 1977).

A conjuntura parecia perfeita para o início de uma incursão mais sofisticada na ciência econômica. Recém-encerrada a Segunda Guerra Mundial, o Núcleo haveria de analisar os problemas econômicos e mesmo as oportunidades causados pelo conflito. Segundo depoimento dado por Luiz Simões Lopes:

A **Revista Brasileira de Economia** vem preencher um lugar ainda vago no grupo das publicações nacionais sobre assuntos econômicos. Ela visa, preponderantemente, o estudo desses assuntos sob seus aspectos científico, teórico e aplicado. Não tem finalidade lucrativa. Como órgão exclusivamente a serviço das pesquisas, da cátedra e do debate objetivo e imparcial, seu programa é isento de quaisquer influências doutrinárias ou políticas... Sempre que possível, os principais assuntos serão acompanhados dos respectivos resumos em idiomas estrangeiros, a fim de facilitar um desejado e, para nós, proveitoso intercâmbio intelectual com autores congêneres de outros países (Revista Brasileira de Economia, 2015).

Mesmo com certos percalços, em especial para encontrar regulares colaboradores de alto nível e audiência, a revista foi, até meados da década de 1960, praticamente sinônimo da discussão mais avançada em economia no Brasil (SILVA et. al., 1977).

Vista a importância e as motivações do IBRE e de sua revista acadêmica, marquemos que nesta seção do trabalho o objetivo será saber mais sobre a revista em que Gudin escreveu boa parte de sua produção científica. Mais especificamente, tentamos entender se a revista conseguiu, em seus primeiros anos, atingir o patamar de excelência acadêmica que Gudin almejava. Para isso, iniciemos com uma discussão acerca do nascimento de revistas especializadas em economia científica e os aspectos desse processo.

Segundo Coats (1993), o surgimento de revistas especializadas em determinada área do conhecimento segue uma série de fatores determinantes: 1) o aumento do conhecimento científico existente na área em questão; 2) a existência de um número suficiente de autores intelectualmente competentes e desejosos de escrever para a revista; e 3) uma audiência para acompanhar a revista (COATS, 1993, p. 95). Vamos analisar cada fator separadamente para o contexto da RBE.



## 1) O aumento do conhecimento científico existente na área em questão

O início da academia em economia no Brasil tem Gudín como um dos protagonistas. Foi ele que se moveu para criar um curso superior específico de economia, bem como um instituto que se dedicaria a gerar, organizar e publicar dados das contas nacionais (IBRE). Assim, ele participou ativamente, muito provavelmente como mentor, do que Ciro Biderman, Luis Felipe Cozac e José Marcio Rego (1996) chamam de primeira fase do desenvolvimento do ensino de economia no Brasil (1945 até o início da década de 60) (BIDERMAN et. al., 1996, p. 14).

Na realidade, esta fase responde a transformações que já vinham acontecendo no Brasil desde a década de 1930, e que levaram à criação de diversos projetos de cursos. Na área onde estaria inserida a economia, a disputa, por assim dizer, aconteceu entre dois grupos. Primeiro havia aqueles que vinham das escolas de comércio e contabilidade, vendo no curso de economia a chance de elevar o *status* de suas profissões. Segundo, o outro grupo desejava criar um curso para formar profissionais para altos cargos do governo e da iniciativa privada. Esta era a tendência liderada por Gudín e Bulhões, que acabaria vencedor da disputa (LOUREIRO e LIMA, 1994, p. 33).

A implementação de um curso com currículo que enfatizava as bases matemáticas, estatísticas e de teoria econômica fez com que, no tempo de Gudín, já se iniciasse uma incipiente difusão dos conhecimentos econômicos entre os brasileiros. O conhecimento era, sem dúvida, em grande parte importado, uma vez que não existiam grandes centros de pesquisa e profissionais capacitados para gerar novos conhecimentos localmente<sup>27</sup>. O livro publicado por Gudín, “Princípios de Economia Monetária”, foi um grande instrumento da difusão do conhecimento um pouco mais avançado no país.

Houve no Brasil, a partir de meados da década de 1940, um processo chamado por Loureiro e Lima (1994) de “internacionalização da ciência econômica no Brasil”. Segundo os autores, houve grande influência do chamado “modelo americano” na estrutura da ciência econômica no Brasil. Este processo não aconteceu apenas aqui, mas também em diversos outros países no período pós-

---

<sup>27</sup> Sobre a formação dos profissionais que saíam dos cursos de economia desta época, ver o item 2.

guerra, e caracterizou-se pelo maior acesso a textos didáticos, maior importância da formação acadêmica formal, matematização e quantificação da disciplina, acesso às revistas internacionais e mobilidade acadêmica de alunos, professores, pesquisadores, técnicos, etc. (LOUREIRO e LIMA, 1994, p. 32). Essa pode ser considerada uma “primeira onda” de modernização.

Entrevistada na primeira edição do “Conversas com economistas” (BIRDMAN et. al., 1996), Maria da Conceição Tavares conta como iniciou os seus estudos em economia. Ela diz que não fez o mestrado (Tavares já era formada em Matemática) porque não havia cursos de mestrado naquela época (década de 1950).

Quais eram os centros de economia que existiam nessa época, na década de 50? Tinha a nossa escola [Universidade do Brasil] e a FGV, que não dava curso a essa altura, era só o Instituto de Pesquisa. Todos os professores eram da Fundação: Bulhões, Issac [Kerstenetzky], [Julian] Chacel, esses é que eram os professores de lá. O [Eugênio] Gudín, que a fundou, também (BIRDMAN et. al, 1996, p. 128).

Então, a maior modernização/sofisticação aconteceria, de fato, após a década de 1960. Loureiro e Lima (1994, p. 35) descrevem: “[foi nesta época que] os estudos econômicos perderam gradativamente o caráter ensaístico que os caracterizou até os anos 60, assumindo um formato mais teórico e formalmente modelizado, segundo o estilo vigente nos livros e revistas econômicas estrangeiras” (LOUREIRO e LIMA, 1994, p. 35). Esse cenário se beneficiou da reforma universitária de 1968, que substituiu o modelo de ensino francês pelo americano (mais flexível), e aumentou o número de cursos de graduação, criando a pós-graduação praticamente nos moldes que temos hoje. Na economia, Flávio Rabelo Versiani (2007) cita a fundação do Centro de Aperfeiçoamento de Economistas (CAE) em 1960 – que seria o embrião da Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE), em 1966 –, do Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (IPE/USP), criado 1964. Além desses, surgiram o Centro de Aperfeiçoamento de Economistas do Nordeste (CAEN), vinculado à Universidade Federal do Ceará, e o Programa Integrado de Economia e Sociologia (PIMES), da Universidade Federal de Pernambuco, ambos ainda da década de 1960 (VERSIANI, 2007). Na década seguinte, aparecem o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR), da Universidade Federal de Minas Gerais, o Mestrado em

Economia da Universidade de Brasília (UnB), além da própria ANPEC (Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia), criada em 1973<sup>28</sup> (VERSIANI, 2007).

A ANPEC representou, segundo Versiani (2007), um novo momento no desenvolvimento da economia brasileira e

imprimiu, de certa forma, um novo padrão ao debate acadêmico em Economia, no país, numa fase em que a produção de conhecimentos originais e as investigações empíricas nesse campo ainda eram atividades relativamente pouco desenvolvidas entre nós (VERSIANI, 2007, p. 241).

Certamente, os anos que se seguiram à criação da ANPEC trouxeram mais avanços para a economia enquanto ciência. É a partir daí que teríamos um público mais capaz para absorver a ciência econômica que se publicava nos periódicos estrangeiros. Assim, a rápida retomada histórica feita neste tópico nos permite perceber que o período em que Gudin participou ativamente da produção de conteúdo para a RBE (1947 a 1972) viu o crescimento do ensino da economia, mas não ainda no nível de pós-graduação, como já havia há tempos nos Estados Unidos. A economia no Brasil passava pela primeira onda, a RBE certamente foi parte do processo.

2) A existência de um número suficiente de autores intelectualmente competentes e desejosos de escrever para a revista.

De certa forma, a existência de autores capazes intelectualmente de escrever na RBE está ligada aos outros dois pontos. Em primeiro lugar, verifica-se que o aumento do número de pessoas com formação mais sólida em economia só aconteceu, de fato, a partir da década de 1970, juntamente com a consolidação dos cursos de graduação e, principalmente, de pós-graduação. Claro que, antes disso, a produção de conhecimento no Brasil não era totalmente insignificante. O próprio Gudin investia no aprimoramento da formação dos novos economistas e no intercâmbio com professores e pesquisadores de outros países. Os economistas

---

<sup>28</sup> Segundo Flávio Versiani (2007), a ANPEC começou as suas atividades em 1971, mas foi constituída formal e legalmente em 1973.

que atuavam junto de Gudín e que também aprendiam economia de forma mais ou menos autodidata vão fazer parte do grupo que era capaz de escrever para a RBE.

O que se pretende, aqui, é entender se a RBE consegue, em seus primeiros anos de existência, alcançar um bom número de autores e ter diversidade de publicações inéditas. O ineditismo parece crucial no que diz respeito a publicações científicas. Há até mesmo como definir um grau de inovação de determinada publicação. Segundo Coats (1993, p. 86), *“the degree of ‘innovativeness’ can be demonstrated statistically by counting the number of times a given journal was the first to publish an article”*. É claro que essa medida também deve ser qualificada pelo fato da importância do artigo, medida, talvez e, por exemplo, pelas citações recebidas. Contudo, ela serve de primeira aproximação, especialmente para uma revista que procurava atuar no sentido de um *supply push* para aprimorar o conhecimento acadêmico nos assuntos econômicos.

Portanto, esta seção buscará quantificar o número de artigos inéditos publicado na RBE de 1947 a 1972 (anos em que Gudín escreve para a revista). Classificaram-se os trabalhos em sete categorias, a saber:

1. Artigo inédito: é classificado nesta categoria todo trabalho que tenha sido originalmente escrito para a RBE. Ou seja, o autor, brasileiro ou não, escreveu com o objetivo primordial de publicar na revista<sup>29</sup>;
2. Tradução: artigos, livros ou outro tipo de trabalho que tenha sido traduzido de qualquer idioma para o português pela equipe da RBE<sup>30</sup>;
3. Transcrição de palestra ou conferência: quando um economista participou de uma exposição oral, no Brasil, que foi posteriormente transcrita em texto de publicada na revista<sup>31</sup>;
4. Resenhas: artigo que faz uma análise de um livro;
5. Biografia: artigo que fala sobre a vida ou obra de um teórico específico;
6. Pensamento Econômico em Revista (PER): tipo de publicação que traz um índice do que era publicado nas revistas econômicas no mundo;

---

<sup>29</sup> Para a determinação de ineditismo de um artigo, baseamo-nos no seguinte critério: se o artigo em português não havia sido publicado em nenhuma outra revista anteriormente, tampouco existiam versões em outros idiomas publicadas em outras revistas, o artigo é considerado inédito.

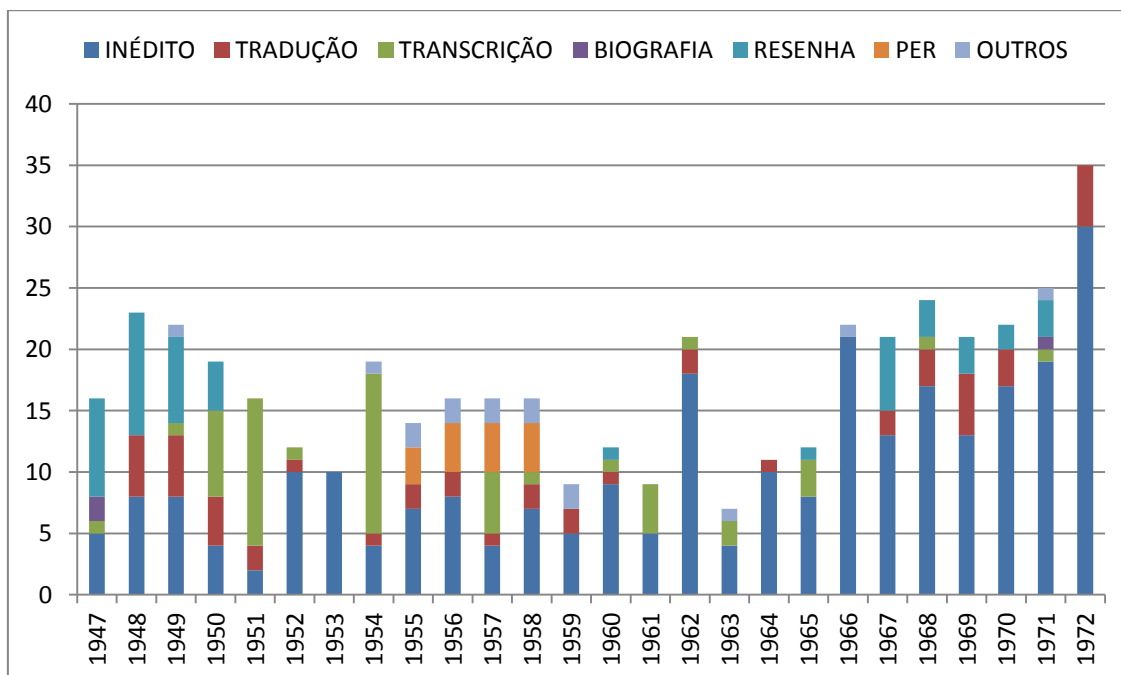
<sup>30</sup> Aqui, mais uma vez, o critério foi o da busca por artigos com o mesmo título em outros idiomas.

<sup>31</sup> Neste caso, todas as vezes que o artigo se baseava em uma conferência, isso vinha pontuado em uma nota de rodapé no início do texto.

7. Outros: notas e apresentação de dados estatísticos, normalmente de autoria desconhecida ou de instituições, como a Fundação Getúlio Vargas, outros trabalhos que não se enquadram nas categorias anteriores.

Como resultado, temos o seguinte gráfico:

Gráfico 1 – Mapeamento por tipo de publicação - 1947 a 1972

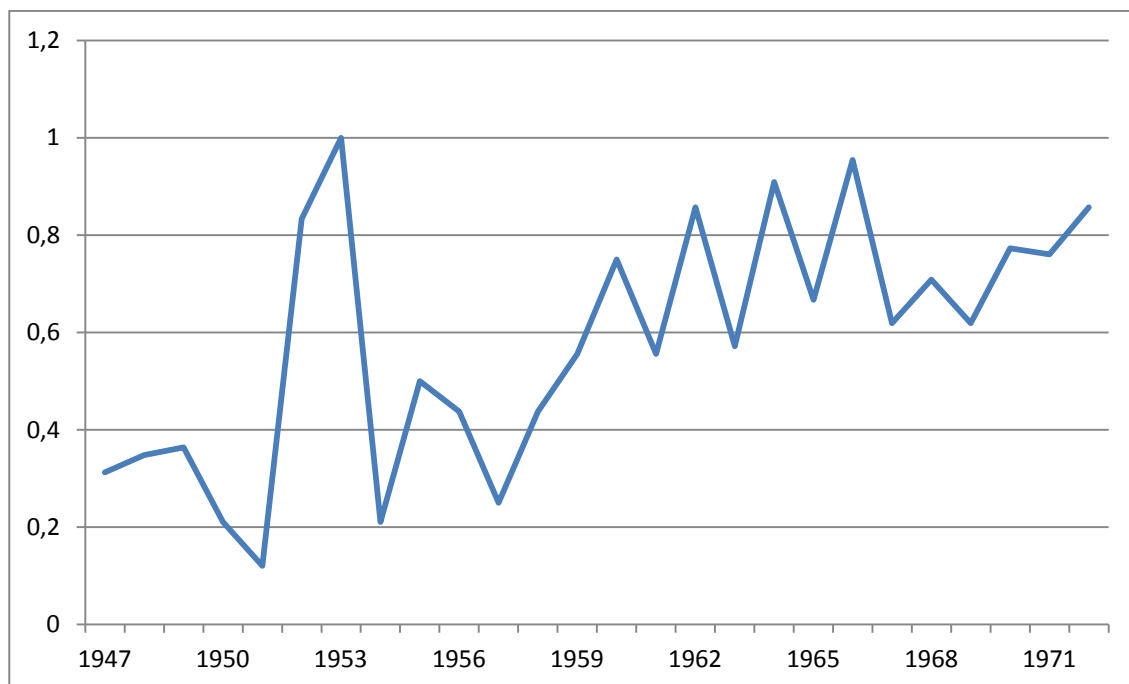


Fonte: Elaboração própria<sup>32</sup>

Este gráfico nos traz muitas informações relevantes na análise da RBE. No primeiro ano, a porcentagem de artigos inéditos em relação ao total é de 31,25%. Em 1952, essa relação sobe para 83,3% e para 100% no ano seguinte, mas cai para 21% em 1954. O percentual de artigos inéditos só volta a aumentar significativamente em 1960, quando chega a 75%. Esta “alta e queda” sucessiva se mantém ao longo de todo o tempo estudado. Para melhor visualizarmos esta relação entre artigos inéditos e artigos totais, o gráfico abaixo mostra estes dados ano a ano.

<sup>32</sup> A classificação foi baseada em informações contidas na página da RBE na internet (disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/index>, acesso em 17 de fevereiro de 2016). A elaboração do gráfico se baseou em observações empíricas. Os artigos escritos em inglês foram incorporados à categoria “artigos inéditos” (em 1970 e 1971, houve a publicação simultânea da versão em português e em inglês; neste caso, foi considerado apenas uma vez cada um). Optamos por não criar uma categoria com artigos em inglês por serem bastante escassos.

Gráfico 2 – Percentual de artigos inéditos em relação ao total – 1947 a 1972

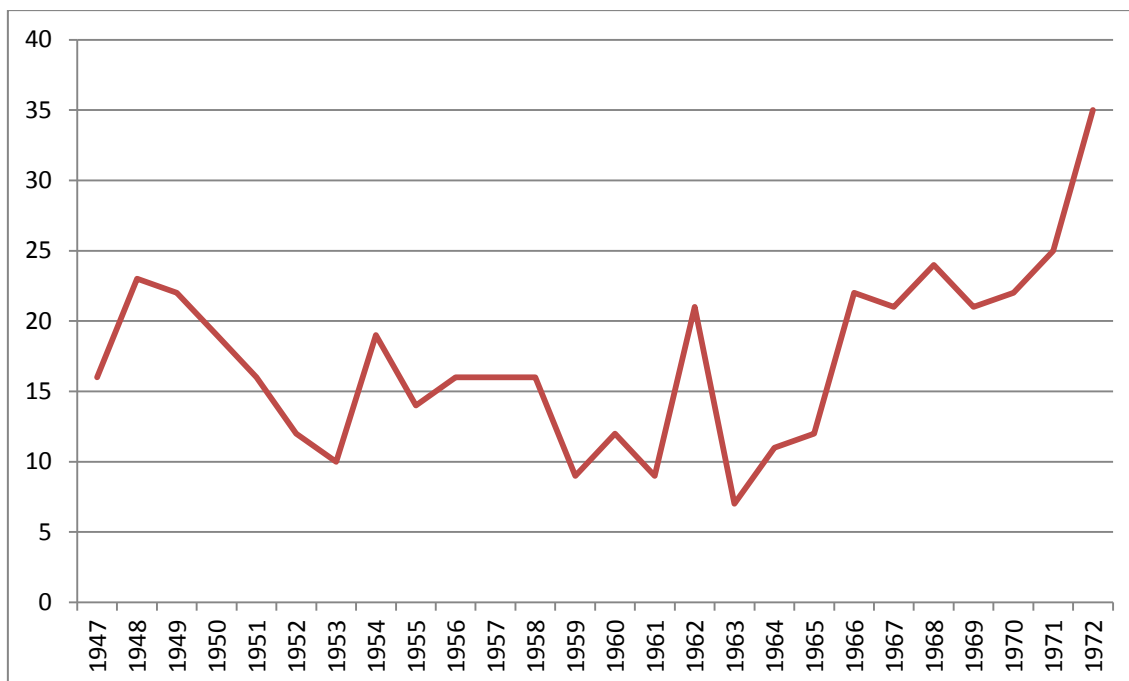


Fonte: Elaboração própria

Apesar de a porcentagem não ter uma linha ascendente constante, a tendência é de aumento, ou seja, conforme a revista se consolidava, a relação percentual entre artigos inéditos e artigos totais sobe. Nos anos 1960, ultrapassa a linha dos 60% de representatividade, tornando-se, então, maioria em relação aos demais textos até o final do período estudado. Há também certa estabilidade a partir dos anos 1960, sempre com o percentual de inéditos flutuando acima dos 60% (com duas pequenas verificações abaixo desse número).

Além do percentual de artigos inéditos em relação ao total, outro dado importante de ser analisado é o próprio total de textos. Ainda que muitos deles sejam traduções ou resenhas, o número de artigos nos dá uma noção sobre a atividade da revista. De 1947 a 1972, há grande flutuação, com tendência certamente de ascensão no final do período. No primeiro ano da RBE, foram 16 textos publicados; em 1959 houve 9 artigos e, no último ano analisado, 35 (um aumento de mais de 200% em 1972 em relação a 1947). O gráfico abaixo mostra este movimento mais claramente.

Gráfico 3 – Total de artigos – 1947 a 1972



Fonte: Elaboração própria

Assim, pode-se dizer que a trajetória da RBE ao longo dos primeiros anos indica que a revista tinha uma equipe preocupada com a sua excelência, uma vez que procurava publicar artigos inéditos em todas as edições, mas as deficiências do contexto ainda prejudicavam bastante a produção. Isso se reflete na constante instabilidade dos primeiros anos – até o início da década de 1960 – quando então a produção passa a ser mais consistente.

Até 1966, é possível ver no gráfico 1 uma quantidade bastante significativa de outros trabalhos como traduções, transcrições e resenhas. Nos cinco primeiros anos, por exemplo, foram publicadas 29 resenhas. Estes textos eram importantes naquela época, já que eram uma forma de trazer aos alunos e economistas brasileiros o que estava sendo feito em outros países, dado o período de formação e sedimentação do conhecimento no Brasil. Este é um elemento importante do *supply push*, pois, se observarmos as revistas norte-americanas de ciências sociais (economia, sociologia, ciência política) na época de seu surgimento, final do século XIX e início do século XX, veremos que elas também traziam muitas resenhas. Outro fator importante é a gradual mudança do meio de comunicação entre economistas ao longo do século XX. Os livros foram importantes durante boa parte do século,

perdendo importância apenas nas últimas décadas do século passado. Assim, dada a importância dos livros, a inclusão de resenhas é algo até mesmo natural.

Da mesma forma, as traduções estão muito presentes neste período inicial. Foram 17 até 1952. Elas representam o mesmo que as resenhas, no sentido de permitir o acesso a artigos importantes do período e que não seriam acessíveis em razão das barreiras linguísticas. Ao mesmo tempo em que esta opção serve como forma de “preencher” os números da revista, é também reflexo do interesse dos editores – principalmente Gudin – em promover o intercâmbio de conhecimentos entre o Brasil e o exterior. Gottfried Haberler, Raúl Prebisch e Jacob Viner são alguns destes autores que tiveram seus textos traduzidos para o português.

Outra tendência observada são as transcrições de palestras. Tendo em vista que Gudin prezava pelo bom relacionamento com intelectuais do exterior – ele foi pioneiro em enviar alunos para intercâmbios em outros países (SCALÉRCIO e ALMEIDA, 2012) –, natural foi o grande número de conferências proferidas por nomes internacionais no Brasil. Hans Singer<sup>33</sup>, por exemplo, esteve no Brasil em 1950 para uma série de cinco conferências no Auditório da Fundação Getúlio Vargas: “O Financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico”; “Recursos Monetários Destinados ao Desenvolvimento Econômico”; “Financiamento Estrangeiro para o Desenvolvimento Econômico”; “Benefícios e Perigos do Comércio e do Investimento Internacionais para os Países Subdesenvolvidos” e “Problemas de Organização Industrial nos Países Subdesenvolvidos” foram os temas tratados e que posteriormente figuraram no volume 4, número 3 da revista. Ou seja, este número foi integralmente composto por transcrições, e de um único autor.

O mesmo aconteceu em 1951, quando Jacob Viner esteve no Rio de Janeiro para falar sobre “A Teoria Clássica de Comércio Internacional e os Problemas Atuais”; “Tendências Recentes na Teoria do Mecanismo do Comércio Internacional”; “Lucros Provenientes do Comércio Exterior”; “Relações entre a Política Monetária e Fiscal e a Política Comercial”; “A Influência do Planejamento Econômico Nacional na Política Comercial” e “A Economia do Desenvolvimento”. Ainda no mesmo ano,

---

<sup>33</sup> Hans Wolfgang Singer (1910 – 2006) nasceu na Alemanha como um judeu e sempre se interessou pelo estudo das desigualdades econômicas entre os países. Queria ser médico, mas acabou se tornando economista ao ler obras de Joseph Schumpeter e John Maynard Keynes. O primeiro o recomendou para estudar com o segundo em Cambridge, e Singer acabou se tornando muito próximo de Keynes. No final da década de 1940, desenvolveu juntamente com Raúl Prebisch a tese que ficou conhecida como “Tese Prebisch-Singer”, a qual advogava que o preço dos produtos primários tendia a cair em relação aos manufaturados, e que os países que exportavam *commodities* agrícolas tinham desvantagens em relação aos que importavam.



Ragnar Nurske<sup>34</sup> também foi contemplado com um número inteiro da revista para a publicação de suas conferências transcritas (“As Dimensões do Mercado e o Incentivo à Inversão”; “Disparidades Internacionais de Renda e a Capacidade de Poupar”; “Fontes Internas da Formação de Capital”; “Fontes Externas de Formação de Capitais”; “Política Comercial e Formação de Capitais”; “Ideias Recentes Sobre a Teoria dos Movimentos Internacionais de Capital”).

À medida que os anos avançam, é visível a diversificação da revista. Ainda que instável, como já foi pontuado, o gráfico revela uma diminuição do número de resenhas, transcrições e traduções – este último tem alguns momentos de aumento, mas também chega a inexistir em alguns anos.

Analisando mais qualitativamente, percebemos que o primeiro número da revista, em 1947, traz oito textos, sendo que nenhum deles é de autoria de Eugênio Gudin. Otávio Gouvêa de Bulhões, Jorge Kafuri e Richard Lewinsohn são alguns dos autores que assinam este primeiro volume. Já no segundo, também publicado em 1947, Daniel Villey, Antonio Dias Leite Junior e Eugênio Gudin engrossam o corpo dos autores. Em regra, a maioria dos autores que participam dos primeiros números com artigos inéditos eram integrantes do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), ou muito próximos de seus membros. Sobre esta percepção, Silva et al (1977) fazem uma lista com os autores que mais escreveram para a revista. Na mesma linha apontada pelos autores, elaboramos uma lista com os autores que mais escrevem para a RBE no período analisado neste trabalho (1947 a 1972). O quadro é dividido em dois: o primeiro mostra a lista com o total de artigos, não importando se não inéditos, traduções, transcrições, etc. Já o segundo se restringe a artigos inéditos, o que muda ligeiramente a lista.

Quadro 2 – Autores que mais escreveram para a RBE baseado em número total de artigos – 1947 a 1972

AUTOR		ARTIGOS
Eugênio Gudin	Fundador do Núcleo de Economia da FGV e editor da RBE.	18

<sup>34</sup> Ragnar Nurske (1907 – 1959) nasceu na Estônia e trilhou sua carreira nos Estados Unidos. Como economista, contribuiu para os estudos na área de movimentação de capitais internacionais, finanças e comércio internacional, além do desenvolvimento econômico.

Jorge Kingston	Kingston fez parte do corpo de elite da fundação do IBRE, juntamente com outros nomes que aparecem nesta lista <sup>35</sup> .	17
Otávio Gouveia de Bulhões	Amigo de Eugênio Gudín, Bulhões o ajudou a fundar a Faculdade Nacional de Ciências Econômicas e o Núcleo de Economia da FGV.	17
Werner Baer	Werner Baer é um economista cujo foco de pesquisa é a América Latina, principalmente o Brasil.	15
Carlos Manuel Peláez	Carlos Manuel Peláez graduou-se no exterior (economista pela <i>Columbia University</i> , mestre pela <i>University of Wisconsin</i> e Ph.D. pela <i>Columbia University</i> ). Lecionou no Instituto de Pesquisas Econômicas na USP, na FGV, entre outras.	13
Annibal Villela	Annibal Villela graduou-se pela Universidade do Brasil, onde também foi aluno de Gudín e de Bulhões. Fez pós-graduação na Europa.	12
Gottfried Haberler	Gudín estabeleceu relações bastante próximas de amizade com Haberler, o que justificaria uma maior incidência de artigos deste autor (SCALÉRCIO, 2012, p. 142).	11
Julian Magalhães Chacel	Julian Chacel graduou-se em ciências econômicas pela	10

<sup>35</sup> (...) Das tertúlias de fim de tarde, quando o Núcleo se reunia, no salão ao lado do gabinete de Simões Lopes, com a presença de Jorge Kingston, Nunes Guimarães, Dodsworth Martins, Jorge Kafuri, Otávio Gouveia Bulhões, João Mesquita Lara e Antonio Dias Leite, surgiu o impulso para a produção de grande massa de dados empíricos que hoje exteriorizam os trabalhos do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas e sobre os quais se fundamenta, e continuará a se basear, boa parte do desenho das linhas da política econômica do Brasil (CHACEL in KAFKA, 1979).

	Universidade do Brasil em 1949 e chegou a lecionar na Faculdade de Economia e Administração Da Universidade do Rio de Janeiro (antiga Universidade do Brasil). Foi membro do Núcleo de Economia da FGV a partir de 1947 e pesquisador do IBRE desde 1959, instituição da qual chegou a ser diretor <sup>36</sup> .	
--	--	--

Fonte: Elaboração própria

Quadro 3 – Autores que mais escreveram para a RBE baseado em número de artigos inéditos – 1947 a 1972

AUTOR		ARTIGOS INÉDITOS
Eugênio Gudin	Fundador do Núcleo de Economia da FGV e editor da RBE.	17
Jorge Kingston	Kingston fez parte do corpo de elite da fundação do IBRE, juntamente com outros nomes que aparecem nesta lista.	17
Otávio Gouveia de Bulhões	Amigo de Eugênio Gudin, Bulhões o ajudou a fundar a Faculdade Nacional de Ciências Econômicas e o Núcleo de Economia da FGV.	16
Werner Baer	Werner Baer é um economista cujo foco de pesquisa é a América Latina, principalmente o Brasil.	13
Carlos Manuel Peláez	Carlos Manuel Peláez graduou-se no exterior (economista pela <i>Columbia University</i> , mestre pela <i>University of Wisconsin</i> e Ph.D. pela <i>Columbia</i>	13

<sup>36</sup> Informações extraídas do banco de dados da FGV, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/historia-oral/entrevista-tematica/julian-chacel-i>, acesso em 18 de fevereiro de 2016.

	<i>University</i> ). Lecionou no Instituto de Pesquisas Econômicas na USP, na FGV, entre outras.	
Annibal Villela	Annibal Villela graduou-se pela Universidade do Brasil, onde também foi aluno de Gudin e de Bulhões. Fez pós-graduação na Europa.	12
Julian Magalhães Chacel	Julian Chacel graduou-se em ciências econômicas pela Universidade do Brasil em 1949 e chegou a lecionar na Faculdade de Economia e Administração Da Universidade do Rio de Janeiro (antiga Universidade do Brasil). Foi membro do Núcleo de Economia da FGV a partir de 1947 e pesquisador do IBRE desde 1959, instituição da qual chegou a ser diretor.	10
Mario Henrique Simonsen	Mário Henrique Simonsen estudou economia na Faculdade de Economia e Finanças da Universidade do Rio de Janeiro (graduou-se em 1963). Em 1961, ainda estudante, foi contratado para exercer as funções de professor e consultor do IBRE, instituição da qual chegou a ser vice-presidente em 1979 <sup>37</sup> .	8

Fonte: Elaboração própria

Os quadros acima mostram que, de fato, todos os autores que escreveram com maior frequência para a RBE, seja considerando o total de artigos ou o número de textos inéditos, eram ligados ao Núcleo da FGV ou ao IBRE.

Desse modo, fica claro que o esforço de produção da revista é bastante grande e que os autores que mais figuram na lista faziam parte de um time cujo objetivo era alimentar a RBE até que ela pudesse “andar com as próprias pernas”.

<sup>37</sup> Informações extraídas do banco de dados da FGV, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/simonsen-mario-henrique>, acesso em 18 de fevereiro de 2016.

Interessante observar que os demais autores, na maior parte das vezes, figuram com um ou dois artigos em todo o período, revelando que havia um interesse pela revista, porém não havia autores com “fôlego” para manter uma publicação mais frequente.

Entretanto, ainda que haja esta concentração de artigos entre alguns autores, a RBE não seguia uma única doutrina e não priorizava um artigo devido à corrente teórica que este seguia. Segundo Scalécio e Almeida (2012, p. 93), Gudin prezava por manter o espaço da RBE aberto a diferentes debates e vertentes teóricas.

Neste período, portanto, percebe-se que a RBE segue o caminho bastante comum a todas as revistas científicas, brasileiras ou não. A produção da revista ainda não apresenta uma estabilidade típica da maturidade, mas, como nos mostra Coats (1993), essa escassez de artigos inéditos e a presença de trabalhos como traduções e resenhas é comum no início de publicações acadêmicas.

*Any late-twentieth-century professional economist who peruses the early numbers of the Economic Journal cannot fail to observe its marked, if superficial resemblance to recent issues in respect of its typeface, layout, and contents (apart from the leading articles), including such matters as extended book reviews, economic notes and memoranda, current topics, and periodicals and book listings. Indeed, from its very beginnings the new periodical (initially 840 pages in the first year) provided invaluable services to the expanding national and international community of professional economists (COATS, 1993, p. 96).*

A RBE representa, pois, um importante papel na produção e divulgação científica em economia durante o século XX, ainda que estivesse trilhando seus primeiros passos. Na opinião de Chacel (1979, p. 37): “A Revista Brasileira de Economia teve e tem relevante papel didático entre os nossos economistas. Jamais chegou a ser, como desejava Gudin, a versão cabocla da *American Economic Review*”. Mesmo assim, consideramos que Gudin conseguiu contornar, com instrumentos típicos dos periódicos científicos iniciantes, a falta de autores em bom número para publicar artigos completamente inéditos.

### 3) Uma audiência para acompanhar a revista.

No início do curso de economia criado no Rio de Janeiro por Eugênio Gudín e Otávio Gouveia de Bulhões, a ideia era que se oferecesse um curso de alta qualidade, com currículos que dessem grande ênfase na matemática, estatística e teoria econômica, e com a intenção de atrair jovens das classes mais altas e oriundos de boas escolas. No entanto, a prática mostrou alguns percalços.

O primeiro problema enfrentado foi o autodidatismo dos professores. Como o curso era pioneiro, certamente os professores tinham seus conhecimentos baseados no que liam e estudavam por conta própria. É o que conta Antônio Delfim Netto, economista que frequentou a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo (FCEA-USP)<sup>38</sup>. “No início da escola, os professores eram todos autodidatas (...) Naquele tempo, o livro-texto de todo mundo era o do professor Gudín [“Princípios de Economia Monetária”], que só tinha o primeiro volume” (BIRDEMAN et. al., 1996, p. 91). Delfim Netto, em recente entrevista a Ian Almeida, acrescentou que, com exceção de alguns poucos professores que não eram brasileiros, todos os demais eram autodidatas.

A escola tinha uma vantagem, a escola era muito eclética. Era muito aberta, nunca houve nenhuma restrição ideológica. Eram todos autodidatas. Eram raros os que não eram autodidatas. E o professor de Economia Política, como se chamava naquele tempo, era o Paulo Hugon, um francês, bom professor, economista institucionalista. Ele deixou uma boa escola no Brasil, deixou um livro sobre história do pensamento econômico. Era um bom professor. Você tinha o Stevens, que era um inglês professor de estatística, que, digamos, eram realmente profissionais [Hugon e Stevens]. Os outros todos eram autodidatas, e estavam começando sua vida (DELFIN NETTO em entrevista a ALMEIDA, 2015, p. 118).

Guido Mantega e José Marcio Rego (1999) apontam que a geração mais antiga de economistas brasileiros, como Paul Singer, Delfim Netto, Mario Henrique Simonsen e Otávio Bulhões “São pensadores em grande medida autodidatas, que

---

<sup>38</sup> Antônio Delfim Netto (1928 –) formou-se em Contabilidade e já durante o curso começou a escrever sobre economia para os jornais Folha da Tarde e O Tempo. Em 1948 começou a cursar economia da FCEA-USP e começou a trabalhar no Departamento de Estradas e Rodagem (DER). Após a formatura, em 1952, tornou-se professor assistente. Em 1958 concluiu o doutorado e foi eleito vice-presidente da Ordem dos Economistas de São Paulo. Sua carreira acadêmica correu em paralelo a outras atividades, como a de assessoramento econômico do governo Castello Branco e os cargos públicos como o de Ministro da Fazenda (1967 – 1974). Foi também diretor de pesquisa da FCEA-USP e mentor do desenvolvimento dos cursos de pós-graduação em economia.

desbravaram uma área ainda muito incipiente no Brasil” (MANTEGA e REGO, 1999, p. 40).

Outro ponto que diferiu do modelo ideal pensado por Gudín foram os alunos que procuraram o curso. Com uma qualidade de ensino ainda não consolidada, os jovens mais abastados não se matricularam e a demanda maior foi de estudantes vindos das escolas noturnas de comércio (LOUREIRO e LIMA, 1994, p. 34).

Ainda em meados de 1960, Mario Henrique Simonsen trazia um diagnóstico sombrio do ensino em economia, dizendo que a maioria das faculdades tinham poucos bons professores e que o ensino descambava mais para o direito e a contabilidade ou para a mera divulgação de ideias vagas (LOUREIRO e LIMA, 1994, p. 34). Com este cenário, os egressos dos cursos não saíam dos bancos universitários em condições para assumir bons cargos no mercado de trabalho. No entanto, este diagnóstico teve como efeito uma mobilização em prol da melhoria do ensino.

Assim, pode-se dizer que havia pouca audiência qualificada para a RBE até o final da década de 1960, sendo que boa parte do período em que Gudín escreveu está antes deste período. Diante deste cenário, conclui-se que a RBE surgiu em uma época pioneira na tentativa de gerar e disseminar conhecimentos científicos e em um tempo no qual o ensino era incipiente. Os professores ainda estavam descobrindo o que deveriam ensinar e os alunos não se haviam dado conta da importância da economia como ciência. Desse modo, a RBE era uma tentativa de oferta de um produto para qual ainda não existia uma demanda bem ajustada. Uma *American Economic Review* brasileira ainda não teria um público no Brasil da época em que foi lançada. Isso muda gradativamente, mas, por um longo tempo, a revista, caso fosse mesmo o que desejava ser, não teria demanda.

## CAPÍTULO 4 – A RETÓRICA NAS PRÁTICAS ACADÊMICA E JORNALÍSTICA

Dos três jornais em que Eugênio Gudin escreveu ao longo de sua carreira como articulista, o carioca O Globo foi que contou com maior tempo de contribuição do economista. De 1958 a 1986, ele publicou, com assiduidade, contundentes opiniões sobre economia e, em menor quantidade, política. Como já observaram Scalécio e Almeida (2012, p. 9), o jornal era a trincheira a partir de onde Gudin disparava contra o que ele considerava “nefasto” em nossa sociedade. Nessa dissertação, em função de O Globo apresentar a maior parte da produção de articulista de Gudin, ele foi o jornal escolhido para esta análise daquilo que chamaremos de sua retórica jornalística<sup>39</sup>. Essa retórica será comparada à da RBE, a qual o economista ajudou a fundar, participando como editor e escritor de artigos ao longo de 25 anos.

### 4.1 Temas

Em primeiro lugar, importa fazer uma divisão dos principais temas tratados pelo autor nos dois veículos. Através de uma avaliação de sua produção mais importante no jornal O Globo, de 1958 a 1978, os temas sobre os quais ele escreveu foram divididos da seguinte forma:

1. Economia monetária (moeda, taxa de juros e inflação);
2. Economia internacional (taxas cambiais, capitais estrangeiros, comércio internacional e internacionalização da economia brasileira);
3. Política;

---

<sup>39</sup> Como os artigos foram publicados ao longo de 28 anos, por uma questão de organização, utilizaremos as duas coletâneas que trazem compilados seus principais textos. A primeira delas, intitulada “Análise dos problemas brasileiros” (GUDIN, 1965) abarca o período de 1958 a 1964. Já a segunda coletânea, com o nome de “Reflexões e comentários” (GUDIN, 1978) compreende os anos de 1970 a 1978. Por terem sido compiladas pelo próprio Gudin, consideramos confiável a avaliação de importância dada aos artigos selecionados, permitindo-nos que nos ativéssemos a estes textos em detrimento dos demais.



4. Desenvolvimento econômico (produtividade, planejamento, estatização/privatização, iniciativa privada e desenvolvimento econômico);
5. Miscelânea (que inclui uma variedade muito grande de temas).

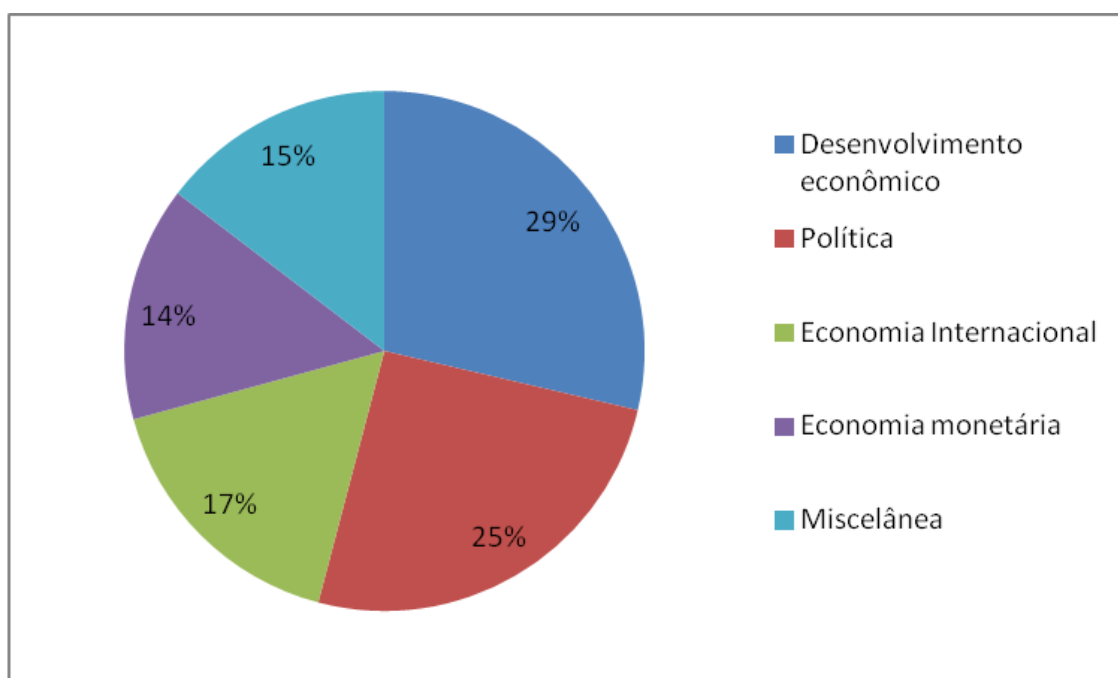
Sem dúvida, existem intersecções entre os temas. Por exemplo, moeda e taxas cambiais estão intimamente relacionadas, assim como a internacionalização da economia brasileira e o planejamento. Desse modo, os temas que explicam as grandes categorias acima têm um caráter mais indicativo do que um sentido mutuamente excludente.

Baseado nas duas coletâneas que reúnem alguns dos principais textos publicados por Gudin no jornal O Globo – “Análise dos Problemas Brasileiros” (GUDIN, 1965) e “Reflexões e comentários” (GUDIN, 1978) –, a contagem e análise dos artigos nos mostra que a maior parte deles versa sobre desenvolvimento econômico (29%), seguido de problemas relacionados à política (25%), economia internacional (17%) e economia monetária (14%)<sup>40</sup>. Na categoria “outros” estão textos de igual importância, mas que aparecem menos em termos de seus assuntos (como transportes, meio ambiente e petróleo). A divisão dos temas está resumida no seguinte gráfico:

---

<sup>40</sup> Na primeira coletânea (“Análise dos Problemas Brasileiros”), a divisão de temas é feita da seguinte forma: Inflação, Desenvolvimento Econômico, Problemas Políticos, Problemas Econômicos Gerais, Capitais Estrangeiros, Estatização, Planejamento, Problemas Bancários e Cambiais e Problemas Salariais. Já na segunda coletânea (“Reflexões e Comentários”), os temas são: Problemas e Ideias gerais, Economia Internacional, Política Internacional, Problemas Políticos Nacionais, Problemas Econômicos Nacionais, Inflação, Estatização, O milagre da fusão, Transportes e Petróleo. Para a classificação deste trabalho, os artigos foram classificados nas categorias já mencionadas acima.

Gráfico 4 – Temas dos artigos de Eugênio Gudín no jornal O Globo



Fonte: Elaboração própria

Já na RBE, foram publicados 18 textos de autoria de Gudín. Seus títulos são os seguintes:

1. A Moeda de Ação Indireta e a Taxa de Juros (1947);
2. Octavio Gouveia de Bulhões – Orientação e Controle da Economia (1947);
3. O Problema do Dinheiro Barato (1948);
4. A Taxa de Equilíbrio do Cruzeiro (1949);
5. A Desvalorização da Libra (1949)<sup>41</sup>;
6. Estabilização dos Preços (1949);
7. Alguns Reparos sobre a Teoria do Multiplicador (1951);
8. O Caso das Nações Subdesenvolvidas (1952);
9. Produtividade (1954);
10. A Formação do Economista (1956);
11. Orientação e Programação de Desenvolvimento Econômico (1956);
12. Duas Apreciações sobre Moeda, Juro e Preços de Don Patinkin (1957);
13. Três Livros sobre Desenvolvimento Econômico (1958);
14. A Conferência de Elsinore (1959);

<sup>41</sup> Este texto é apenas um relato de uma conferência de Gudín; não será considerado, portanto, para fins de análise, uma vez que não está escrito nas palavras do autor.

15. Rumos do Comércio Internacional (1959);
16. Comentários sobre a Análise de Hirschman dos Problemas Econômicos (1960);
17. Os Principais Obstáculos ao Desenvolvimento (1968);
18. Notas sobre a economia brasileira desde a proclamação da república até os nossos dias (1972).

A leitura e a análise dos textos acima nos permite fazer uma classificação com base nas principais ideias tratadas em cada um deles. Em alguns artigos, o tema tratado é bastante específico, como é o caso de “Os Principais Obstáculos ao Desenvolvimento” (GUDIN, 1968) – cujo tema é claramente o desenvolvimento econômico. No entanto, o texto “Notas sobre a economia brasileira desde a proclamação da república até os nossos dias” (GUDIN, 1972) contém uma abordagem mais global, sobre vários temas, enquanto “A Formação do Economista” (GUDIN, 1956a) fala sobre a educação universitária e é, na verdade, a transcrição de uma aula magna que Gudin proferiu aos alunos de economia. Portanto, nossa conclusão é de que existem três grandes categorias que contêm mais de um artigo, enquanto os dois artigos já citados classificam-se apenas isoladamente, não permitindo o agrupamento numa categoria clara que englobe mais de um escrito da RBE. Assim, as três grandes categorias são desenvolvimento econômico (7 artigos); economia monetária (6 artigos); economia internacional (2 artigos); outros (2 artigos).

Quadro 4 – Comparativo percentual dos temas em RBE e O Globo

<b>Tema</b>	<b>RBE</b>	<b>O Globo</b>
Desenvolvimento econômico	41%	29%
Economia monetária	35%	14%
Economia internacional	18%	17%
Política	-----	25%

Outros	12% <sup>42</sup>	15%
--------	-------------------	-----

Fonte: Elaboração própria

Comparando percentualmente, vemos que desenvolvimento econômico é um dos temas que mais preocupavam Gudin. Na verdade, no Brasil, essa sempre foi a discussão econômica central. O desafio de vencer a pobreza e se tornar um país entre os mais ricos em termos *per capita* determina os debates entre os economistas – ou entre os interessados em economia – no Brasil desde o século XIX. É bem provável que esse seja o tema mais trabalhado por Gudin porque todo o discurso econômico no Brasil girava – e ainda gira – em torno desse tema. Mais especificamente, poderíamos dizer que, ao debater economia no Brasil, o articulista teria que, necessariamente, para se envolver no debate público, tratar de desenvolvimento econômico. Já hoje, com o desenvolvimento da academia brasileira em economia, há uma grande especialização e, embora o tema do desenvolvimento seja, muito provavelmente, o central, economistas tratam também de tópicos como crime, eleições, finanças, urbanismo e mesmo temas mais específicos da própria academia, como a história do pensamento econômico e filosofia da economia (esses últimos, aliás, são os campos em que esta dissertação se encaixa).

De modo mais detalhado, então, digamos que nesta categoria de “desenvolvimento”, foram incluídos os artigos que falam diretamente deste tema, mas também os que abordam a questão da produtividade, da atividade industrial e agrícola, planejamento da economia e estatização, entre outros temas relacionados. Já a categoria “economia monetária”, que está entre as que mais aparecem lista, engloba artigos cujos temas são inflação, moeda, taxa de juros, tributação e orçamento público. Na categoria “economia internacional”, foram catalogados os artigos que versam sobre câmbio, capitais estrangeiros, comércio internacional e os que falam de outros países e suas economias. A categoria “política” não aparece na RBE, justamente porque não era este o objetivo da revista, ou seja, as visões de Gudin sobre as controvérsias políticas ficavam restritas ao jornal. Por fim, na

---

<sup>42</sup> Os valores foram arredondados para o número inteiro mais próximo.

categoria “outros” estão englobados todos os textos que aparecem em menor escala, não configurando categorias isoladas.

Na sequência, vamos analisar mais detidamente como Gudin trabalhou os temas desenvolvimento econômico e economia monetária, que foram escolhidos como objeto de análise por duas razões. Primeiro, eles são os maiores temas em comum nos dois veículos. Segundo, esses são dois temas em que é mais fácil fazer uma separação em que as intersecções não são tão aparentes. Sem dúvida, os problemas monetários são pertinentes à questão do desenvolvimento econômico. No entanto, é mais comum encontrar nos artigos de economia monetária tratamentos teóricos e relacionados com o contexto de curto prazo. Desenvolvimento econômico, por sua vez, é algo que diz respeito ao crescimento de longo prazo da renda (especialmente *per capita*).

#### 4.1.1 Desenvolvimento econômico

Como observado anteriormente, Eugênio Gudin começou a estudar economia porque percebia que, na prática, algumas coisas não funcionavam bem no Brasil. Faltava eficiência. Começando pelo estudo da economia clássica, passando por uma modernização cada vez mais próxima da fronteira do conhecimento e procurando utilizar a empiria, ele achava que encontraria saídas para mitigar a falta a eficiência econômica que notava no Brasil.

Nos seus artigos de jornal, estas ideias eram defendidas com muita veemência, com vistas, segundo ele mesmo, a alertar a população sobre as reais condições em que se encontrava o Brasil em relação ao desenvolvimento econômico (GUDIN, 1969 *apud* SCALÉRCIO, 2012, p. 235)<sup>43</sup>. Ao mesmo tempo, ele “alfinetava” os governantes que acusava de serem os grandes responsáveis pelo atraso nacional.

Em O Globo, Gudin explica que o principal problema brasileiro é a baixa produtividade, tanto na agricultura, como na indústria (GUDIN, 1965, p. 181, 196). A relação “indústria = riqueza *versus* agricultura = pobreza” é duramente criticada,

---

<sup>43</sup> GUDIN, Eugênio. O descalabro. O Globo, 19/5/1969, in GUDIN, Eugênio. Para um Brasil melhor. Rio de Janeiro: Apec, 1969, p. 108.

sendo que ambas poderiam gerar riqueza se tivessem produtividade (GUDIN, 1965, p. 197).

Ainda nos artigos de jornal, Gudin aponta que, na agricultura, o Brasil teria uma desvantagem em relação a outros países: falta de terras férteis. Assim, o que ele defende é o estímulo às pesquisas que melhorem a produtividade agrícola, o que se conseguiria unicamente através da educação de qualidade para formação de técnicos (GUDIN, 1978, p. 181). Uma vez que o desenvolvimento econômico pode ser fruto dos recursos naturais (clima, solo e minérios, por exemplo) ou da capacidade das pessoas de gerir os recursos disponíveis, o investimento em educação seria o investimento primordial (GUDIN, 1965, p. 92).

No entanto, segundo Gudin apontava em *O Globo*, o que se via na época era um apoio muito grande à industrialização, em vez da agricultura, sendo que a política vigente era a de fabricar tudo a qualquer preço para não precisar importar (GUDIN, 1965, p. 201). Como dissemos, é importante notar que ele não era contra uma eventual industrialização do Brasil, mas sim contra uma industrialização movida artificialmente, sem preocupação com o aumento da produtividade (GUDIN, 1965, p. 196). O ideal seria que a industrialização se processasse com a mão de obra liberada do campo após a melhoria da produtividade agrícola (GUDIN, 1965, p. 195). Como expresse em um dos artigos jornalísticos de *O Globo*, Gudin era contra:

(...) a indústria do desleixo, da incapacidade e da IMPRODUTIVIDADE, que vive, de um lado, protegida contra a concorrência estrangeira por uma barreira aduaneira intransponível, de oitenta e mais por cento, e, de outro, amparada contra a concorrência nacional efetiva por não ser a capacidade das fábricas de boa produtividade suficiente para atender a procura coletiva incrementada pela inflação (GUDIN, 1965, p. 196).

Gudin combatia, também, o controle do câmbio e dos preços por meio de agências como a Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP), a proteção aduaneira, a recusa do capital estrangeiro (poupança externa) e o desperdício de recursos públicos em obras como Brasília, que não dariam retorno ao país (GUDIN, 1965, p. 84)<sup>44</sup>. Segundo ele, a maneira como os governos – em

---

<sup>44</sup> A Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP) foi criada em 1951, com a finalidade de fiscalizar os crimes contra a economia popular – transgressão de tabelas oficiais de preços de alimentos e produtos/mercadorias essenciais. A COFAP deveria, então, garantir a circulação destas mercadorias e serviços, tendo também autoridade de fixar preços. (MATA, 1980, p. 915)

especial os anteriores à ditadura militar, cujo golpe ele apoiou<sup>45</sup> – agiam prejudicava o futuro econômico, político e social do país (GUDIN, 1965, p. 87). Aliás, uma das preocupações dele era justamente com o bem-estar social, no sentido de que o progresso não seria válido se não melhorasse a qualidade de vida das pessoas. Isso fica bem claro no questionamento que propõe no artigo “Os principais obstáculos ao desenvolvimento” (GUDIN, 1968), publicado na RBE: “Que progresso e que melhoria do padrão de vida é esse em que o consumidor ou o agricultor tem de pagar (em moeda de valor constante) duas vezes mais do que pagava por um trator, um automóvel ou uma geladeira?” (GUDIN, 1968, p. 37). Aqui notamos que mesmo na RBE ele não utiliza uma linguagem propriamente acadêmica, ao menos não nos termos em que se poderia encontrar na *American Economic Review* ou no *Economic Journal*.

Mas a crítica aos governos pré-ditadura é mais contundente no meio jornalístico, de opinião, apropriado para este tipo de postura crítica. A própria escolha lexical ao falar sobre as atitudes do governo indica isso, como vemos no seguinte excerto do Globo: “**intoxicar** o organismo econômico com a aplicação de doses sucessivas e intermináveis de inflação monetária” (GUDIN, 1965, p. 83, grifo nosso). Também percebemos esta escolha de palavras mais amargas em outro artigo do Globo:

Ora, o regime inflacionário que o atual Governo levou ao quase-paroxismo, falou a um e outro desses princípios cardeais. Deixo de lado o **notório e imoral esbanjamento dos dinheiros públicos na prática da corrupção e do filhotismo à custa dos cofres públicos**, em cruzeiros como em dólares. Não há memória neste País de tantas “vantagens” oferecidas aos

---

<sup>45</sup> Gudin acreditava que a população não tinha educação política para escolher seus governantes (GUDIN, 1965, p. 117). As leis, por melhor que fossem, não seriam possíveis sem um povo preparado para elas. Em uma série de três artigos publicados em novembro de 1962 – “O papel das forças armadas” I, II e III – (GUDIN, 1965), ele explica que as forças armadas deveriam exercer um poder moderador, destinado a corrigir circunstâncias excepcionais. Diante da situação política que ele considerava caótica (com a ocorrência do caudilhismo), “SE JUSTIFICA E SE IMPÕE a intervenção das forças armadas, formadas, criadas e educadas na escola do civismo, para evitar que o país seja vítima dos desmandos dos caudilhos” (GUDIN, 1965, p. 120). No entanto, ele defendia que as forças armadas brasileiras estariam em condições de exercer o poder moderador justamente porque o histórico de intervenções anteriores mostrava que nunca haviam tentado se apossar do poder ou enriquecer à custa dele (GUDIN, 1965, p. 118). Já em 1975, quando o governo militar instaurado 11 anos antes já estava estabelecido no poder, ele volta a escrever sobre o tema, em um artigo com o mesmo nome dos anteriores. Nele, defende que o golpe de 1964 foi uma reação do povo e das forças armadas a uma tentativa de golpe comunista que estaria sendo “perpetrada por um conjunto comuno-anarquista que visava a levar o país ao caos e atrelá-lo ao grupo de países comandados pelo marxismo” (GUDIN, 1978, p. 166). Segundo Gudin, a missão militar teria sido cumprida já em 1967, mas o governo das forças armadas teria “desprendimento, desambição, sabedoria e senso de oportunidade”, sendo que o país “Está, pois, em boas mãos” (GUDIN, 1978, p. 166).

membros do Poder Legislativo em moeda de automóveis, de apartamentos, de ajuda de custos, de viagens ao exterior e de nepotismo. As Caixas Econômicas e os Institutos se encarregam da corrupção dos demais setores, mediante simples JKs. O dano moral é aí muito mais grave do que o econômico (GUDIN, 1965, p. 89, grifo nosso).

Sobre Juscelino Kubistchek, um de seus maiores inimigos, em um tom parecido com o do trecho acima, lemos em outro artigo jornalístico que “A **irracionalidade** com que os problemas econômicos foram abordados no Governo Kubistchek é de estarrecer” (GUDIN, 1965, p. 204, grifo nosso).

Claro que, quando o governo militar assume o poder em 1964<sup>46</sup>, o seu discurso muda consideravelmente no jornal.

Um dos pontos altos do programa do atual governo é a compreensão da importância do objetivo de elevar o nível econômico e social das classes menos favorecidas e assim reforçar e consolidar a classe média, principal alicerce de uma sociedade estável).

Em muitos artigos tenho citado exemplos flagrantes de baixa produtividade, sinônimo de miséria, que poderiam ser corrigidos por uma assistência agrícola eficaz. (...) A assistência ao trabalhador rural é ato de sabedoria do governo, mas a falta de assistência eficaz à produtividade agrícola é **grave lacuna** que a revolução não pode mais tolerar (GUDIN, 1978, p. 188, grifo nosso).

Note que, ainda reconhecendo os erros do governo militar, o problema deixa de ser “irracionalidade” para se tornar “lacuna”. Lembremos que o governo militar vai ser bastante intervencionista, especialmente a partir da ascensão de Costa e Silva à presidência.

Este partidarismo diminui bastante quando Gudin muda de cenário e escreve na RBE. Não que suas opiniões mudem, mas o objetivo deixa de ser político e passa a ser acadêmico, fazendo com que as críticas se amenizem ou, ao menos, tornem-se menos direcionadas a um ou outro governante. Isso é perceptível em suas palavras:

O maior empecilho ao nosso progresso tem sido a incapacidade dos governos em compreender o imperativo do sacrifício parcial dos objetivos imediatos em proveito dos enormes benefícios que, a mais longo prazo, decorrerão da formação de gente capaz de forjar o progresso do país em todos os ramos de uma moderna civilização (GUDIN, 1956b, p. 27).

Citei, para começar, a façanha de Brasília, que custou ao País mais de 1 bilhão e meio de dólares (e continua a custar enorme soma anual) para a

---

<sup>46</sup> Pois, como já vimos anteriormente, ele apoiou o golpe militar.



fantasia de instalar o Governo da República em novos palácios suntuosos, como se já não os houvesse, dos melhores e de recente construção, na Guanabara e como se o problema consistisse em melhorar as instalações do Governo e não em melhorar a categoria, o preparo e a capacidade dos homens que nos governam (GUDIN, 1968, p. 27).

Percebe-se que ele não se abstém de criticar o governo, mas o faz com palavras mais brandas e sem citar nomes. Contudo, ao mesmo tempo, é preciso notar, novamente, que ele usa palavras como “façanha” e “fantasia”, em um tom perceptivelmente irônico, o que raramente se veria nas páginas da RBE da atualidade.

Quanto às ideias trabalhadas na RBE, há também algumas diferenças. Certamente, as teses defendidas no jornal também aqui estão presentes. No entanto, vemos um novo tipo de texto: os que analisam obras de autores conceituados, como Albert Hirschman<sup>47</sup>. Este tipo de artigo, no meio acadêmico brasileiro, que era ainda incipiente, seria uma maneira de divulgar ideias da fronteira da ciência. Claramente, o auditório para esse tipo de artigo seria mais especializado, interessado em, podemos dizer, aprender sobre economia de maneira mais aprofundada.

Pelo contrário, nos jornais, os leitores buscam análises dos fatos corriqueiros. A intenção de um articulista como Gudin seria analisar acontecimentos que têm lugar no jornal, de modo geral, cotidianamente, através de uma lente (mais ou menos) científica. Contudo, essa cientificidade não precisa ter profundidade informativa em termos de sua base teórica. Muitas vezes, a afirmação de que determinada análise é baseada em ciência de fronteira basta para o leitor. A credibilidade, para o auditório de um jornal, assenta-se sobre o renome do próprio articulista e/ou do veículo. Pode-se dizer que um leitor não teria interesse – algo que envolve até mesmo uma forma de empatia – em adquirir um jornal ao qual não atribui credibilidade. Até mesmo o fato de que a leitura de um jornal envolve um custo pecuniário auxilia no fato de pensarmos que o leitor do veículo já tem algum grau de confiança na informação apresentada, por exemplo, por um articulista. Ademais, o próprio espaço do jornal não permite uma discussão mais

---

<sup>47</sup> Albert Hirschman (1915 – 2012) foi um economista alemão que se dedicou ao estudo do desenvolvimento econômico, especialmente da América Latina, mas que também se destacou em áreas como teoria da firma e ciência política. Na área do desenvolvimento econômico, defendia a tese do crescimento desequilibrado, com investimentos diferentes em cada setor.

pormenorizada das bases teóricas antes que a opinião (ou conclusões) sobre determinado tema sejam apresentadas.

No artigo “Produtividade” (GUDIN, 1954), da RBE, exemplifica-se o tratamento diferenciado que ele dá aos conceitos, ou seja, a discussão se dá em termos mais avançados:

Os algarismos da quantidade de produto obtido por unidade de mão-de-obra não exprimem tudo, pois além das unidades de trabalho empregadas para obter determinada quantidade de um produto final, é preciso computar as unidades de trabalho despendidas na produção das máquinas. Em princípio há quatro elementos que determinam a quantidade de trabalho indireto necessário para manter o capital:

- 1.º) a quantidade de capital (maquinaria, etc.), por operário;
- 2.º) a quantidade de trabalho necessário para a ótima conservação da maquinaria;
- 3.º) a taxa de renovação do equipamento;
- 4.º) o produto por unidade de trabalho da indústria de construção de máquinas.

(...)

Na medida em que o trabalho direto é substituído pelo capital, isto é, em que o homem é substituído pela máquina, importa examinar a relação do valor do capital para o valor do produto, isto é, o *capital-output ratio*, para deduzir as possibilidades e vantagens de substituição de um fator de produção pelo outro. (GUDIN, 1954, p. 12).

Ou seja, fica claro que, na RBE, seu público é mais seletivo (economistas) e, portanto, ele pode abordar os assuntos de maneira mais complexa. Algumas palavras e expressões utilizadas são muito específicas no meio acadêmico e dificilmente seriam conhecidas por pessoas de fora deste grupo (por exemplo, *ceteris paribus* e produtividade marginal). Na RBE, estas palavras são usadas sem maiores problemas e sem a preocupação de se explicar o significado. Já no jornal, Gudín explica de uma maneira mais simples do que está falando. Se o uso de uma palavra ou expressão fosse necessário, Gudín se preocupava em dar uma explicação, como no exemplo a seguir: “**Em linguagem de economista**, cada país tem uma ‘vantagem comparativa’ em tal ou qual espécie de produção, proveniente de seus recursos naturais, petróleo, café, cereais, ou outro” (GUDIN, 1958, p. 91, grifo nosso).

#### 4.1.1.1 Estilo do discurso

Os textos de Gudin seguem três padrões: analítico (como já vimos, são aqueles que analisam outras obras); positivo (que identifica o mundo e a economia como são); e normativo (dá a direção de como as coisas precisam ser). Estes dois últimos estilos se misturam tanto na RBE como em O Globo, sendo que no jornal o estilo normativo predomina e, na revista, é o positivo que mais se destaca.

Porém, mesmo na RBE o discurso normativo alcança padrões inimagináveis para o que se considera acadêmico, hoje em dia. No artigo “Os Principais obstáculos ao desenvolvimento econômico” (GUDIN, 1968), o autor lista três fatores que acredita serem responsáveis pela marcha lenta do desenvolvimento brasileiro: o desperdício, a improdutividade agrícola e a indústria substitutiva de importações. “Grande parte, senão a maior, da pobreza extensiva e da miséria que se encontra neste País (...) é o produto destes desperdícios e destes crimes que acabo de apontar” (GUDIN, 1968, p. 28). No tópico seguinte, ele diz que

Se eu fosse presidente da República (felizmente a Divina Providência evitou esta desgraça ao Brasil), presidiria semanalmente, às 9 horas da noite, a reunião em que ministros e técnicos dessem conta das medidas adotadas e do progresso realizado. Para combater a vocação do Brasil para a marcha a passo de cágado é preciso muita energia e determinação (GUDIN, 1968, p. 30)

Já ao falar da indústria, Gudin aponta que

Não estamos aqui apurando as responsabilidades pelos preços tão elevados dos Produtos da Indústria Nacional, nem se é o industrial que peca por improdutividade ou incapacidade ou se é o Governo, pelos juros excessivos, ou pela precariedade ou carestia dos transportes. Mas o caso merece decerto uma (ou várias) pesquisas como elemento-chave do tão falado e objetivado Desenvolvimento Econômico (GUDIN, 1968, p. 37).

Em “Comentários sobre a análise de Hirschman dos problemas econômicos” (GUDIN, 1960), também da RBE, Gudin fala sobre o livro dando a sua própria opinião para cada capítulo. A linguagem é um tanto estranha para um texto da RBE, isto é, o que se pretendia uma revista totalmente acadêmica. Note que os capítulos e ideias são classificados com expressões como “excelentes” e “exagerados”.

Outro **excelente** capítulo do livro (capítulo VI) é o que define e desenvolve os conceitos de entrosamento para diante e para trás (backwards and forwards linkage effects): a procura derivada, oriunda do entrosamento para trás estimula a produção no país dos insumos necessários (GUDIN, 1960, p. 59, grifo nosso).

(...)

O autor **exagera, a meu ver**, a importância do que ele chama de "capacidade de investir" (ability to invest) nos países subdesenvolvidos, não limitada pela falta de economias disponíveis (savings) como nos países desenvolvidos e sim pela "deficiência na capacidade de se aperceber das oportunidades de investimento" (pág. 40)" (GUDIN, 1960, p. 61, grifo nosso).

E, como conclusão, ele aponta:

O que retarda o desenvolvimento desses países não é tanto a falta de capital ou da "capacidade de investir ou de absorver" e sim os empecilhos criados a esse desenvolvimento pelos maus governos. É a inflação crônica quando não aguda, é o consequente desequilíbrio do Balanço de Pagamentos; são as manipulações arbitrarias das taxas cambiais com prejuízo das exportações, são as tarifas aduaneiras arqui-protecionistas e desestimulantes e "*last but not least*" o descaso pelo problema da Educação, isto é, da formação do homem capaz para o desenvolvimento do país (GUDIN, 1960, p. 63).

Então, em vários momentos as linguagens se misturam. RBE e O Globo, para Gudin, eram lugares para sustentar opiniões fortes, mesmo que exista uma diferença no sentido mais técnico na primeira. Apesar disso, precisamos marcar que a normatividade no jornal era mais de caráter pedagógico. Note que, no artigo jornalístico "Os cruzeiros para a aliança-progresso" (Gudin, 1965, p. 98), ao falar sobre uma comissão de planejamento, ele diz que:

A grande tarefa de PLANEJAMENTO da comissão para isso nomeada não é, portanto, a de organizar projetos e orçamentos para resolver todos os problemas do Brasil e sim a de saber:

- a) Como obter cruzeiros "não inflacionários";
- b) Onde encontrar os "fatores de produção" necessários para transformar esses cruzeiros nas obras projetadas.

A nossa capacidade de realização é medida, **ultima ratio**, pela disponibilidade de fatores de produção, depois de atendido o consumo do País. Se, como muito bem dizem os senhores Butler e Eden, na Inglaterra, "tentarmos fazer mais do que aquilo que é possível" (isto é, que os fatores de produção permitem), o resultado será: primeiro, não conseguiremos realizar a tentativa, por impossível; segundo, fazermos subir os preços de tudo, na disputa pelos materiais e mão-de-obra existentes (GUDIN, 1965, p. 100).

Vejamos que, aqui, ele está muito mais empenhado em dizer que rumos devem ser tomados. O mesmo acontece em outro artigo de O Globo: “Não há como escapar do dilema; ou se suprime o déficit de 126 bilhões cortando na despesa não obrigatória, isto é, nas obras públicas, ou se mantém o País no regime das emissões de papel-moeda” (GUDIN, 1965, p. 107).

#### 4.1.2 Economia monetária

Falar de economia monetária em Eugênio Gudin remete logo a uma de suas maiores inimigas: a inflação. Tendo vivido um período especialmente crítico neste quesito, o economista usou boa parte das páginas de que dispunha em O Globo para atacar este mal, cujas causas apontadas eram, entre outras: emissão desenfreada de papel-moeda, excesso de demanda (GUDIN, 1965, p. 19), controle de preços por meio da intervenção estatal (GUDIN, 1965, p. 21), aumento dos salários superior ao aumento da produtividade (ação dos sindicatos), alta procura por crédito frente à escassez (GUDIN, 1965, p. 37) e altos gastos do governo (GUDIN, 1965, p. 47).

Ainda segundo os artigos jornalísticos de Gudin, o motivo pelo qual a inflação deveria ser combatida é porque piora a qualidade de vida das pessoas ao diminuir o poder de compra do dinheiro (GUDIN, 1965, p. 47), ponto já citado como de extrema importância para ele. Além disso, a inflação crescente geraria desequilíbrio no balanço de pagamentos (GUDIN, 1965, p. 35), aumento nas estatizações e impostos, além de aumentar os riscos e incertezas para os investidores (diminuindo os lucros e aumentando os custos), gerando prejuízos à produtividade e instabilidade econômica (GUDIN, 1965, p. 49).

Para combatê-la, Gudin aponta em O Globo que seria preciso reduzir as despesas governamentais, bem como o ritmo de aumento do crédito bancário. Além disso, os salários precisariam ser reajustados um pouco abaixo do aumento dos preços (GUDIN, 1965, p. 37). Lemos, ainda, que não existe algum tipo de inflação do bem, sendo isso tido como uma falácia do governo (GUDIN, 1965, p. 28). Como já mostrado no tópico anterior, os presidentes anteriores ao golpe são duramente

criticados no jornal e, mais uma vez, no período da ditadura militar ele abrandava a crítica, ao colocar o problema da inflação como não exclusivo do Brasil:

O governo reivindica – com justo fundamento – o mérito de “manter sob controle” a taxa inflacionária, malgrado as vicissitudes por que vem passando a conjuntura econômica nacional.

Não foi possível estabilizar os preços em 1975. As taxas de inflação mantiveram-se no ritmo que, a partir de 1973, vem denunciando um surto inflacionário adicional. O surto não se verificou somente aqui. Em alguns países, como a Grã-Bretanha e – muito pior – a Argentina, a taxa agravou-se consideravelmente (de 19% para 26% na primeira e de 40% para 110% na segunda). (GUDIN, 1978, p. 254).

Pode-se dizer que a abordagem de economia monetária em O Globo é mais voltada para os fatos do cotidiano, como a inflação, e prezam por uma linguagem simples e didática. O seguinte excerto, do artigo “Noção de moeda” (GUDIN, 1965) mostra esta simplicidade e também as críticas contundentes aos governantes:

Muita gente boa e até graúda não se dá conta de que o País precisa, para seu desenvolvimento econômico, de UM BOM INSTRUMENTO DE TROCA, isto é, de UMA BOA MOEDA, uma moeda estável.

Nas civilizações primitivas, quem queria trocar um saco de milho por uma pele de cabra encontrava grande dificuldade em achar quem quisesse dispor dessa última, e ao mesmo tempo aceitar o milho em troca. Não havia, nesse regime de troca direta, possibilidade de desenvolvimento de transações. A moeda veio resolver tudo isso com incomensurável vantagem.

MAS havia um preço a pagar por essa vantagem. É que daí por diante era INDISPENSÁVEL CUIDAR DA MOEDA, para que ela constituísse um instrumento de troca que não prejudicasse em vez de facilitar as transações, tanto do Comércio e da Indústria, como do consumidor. Porque uma moeda que muda a toda hora de valor de modo imprevisível, que ao fim de uma semana já vale menos do que valia quando recebida, sobre a qual não se pode orçar coisa alguma por prazo superior a meses ou mesmo a semanas, que favorece uns e prejudica outros, em vez de ser neutra, que dá lugar a injustiças sociais, que deforma os investimentos, que distorce e prejudica o desenvolvimento econômico, é profundamente prejudicial ao País. (GUDIN, 1965, p. 15).

A mesma simplicidade na abordagem também pode ser vista no seguinte excerto jornalístico, extraído do artigo “Alta de preços é fartura de dinheiro” (GUDIN, 1965), em que ele usa uma linguagem até mesmo corriqueira, coloquial:

Só no ano de 1960 emitiu o Sr. Kubitschek a módica soma de 51,5 bilhões de cruzeiros. Só no mês de dezembro mais 15 bilhões foram jogados em circulação.

Esse dinheiro, que eu saiba, não fica voando no ar; já espiei com o binóculo e não vi nota alguma de 1000 cruzeiros esvoaçando. Todas caem no bolso

de alguém ou então na caixa de algum banco, que as multiplica. E as pessoas que as recebem não as guardam escondidas no baú; mesmo quando economizam o dinheiro, as economias vão ser aplicadas na construção de uma casa, de uma instalação, de uma indústria. VÃO SER GASTAS. De uma forma ou de outra, portanto, o dinheiro emitido vai provocar uma PROCURA ADICIONAL DE MERCADORIAS. É ISSO QUE FAZ SUBIR OS PREÇOS. (GUDIN, 1965, p. 19).

Podemos notar que na temática “economia monetária” as diferenças entre os estilos encontrados no jornal e na RBE ficam mais evidentes. Enquanto o Gudin jornalista se atém mais aos problemas que afetavam o dia a dia das pessoas, como a inflação, o Gudin acadêmico ia fundo em questões como taxas de juros e sua influência na economia e até mesmo teorias monetárias. Isso porque economia monetária parece mesmo ser uma área da economia com aspectos mais técnicos.

No texto “A moeda de ação indireta e a taxa de juros” (GUDIN, 1947), publicado na RBE, ele faz considerações acerca do que seria a moeda de ação direta (utilizada nas transações correntes da produção, do consumo e da realização de investimentos) ou indireta (moeda que não está em circulação, mas aguardando aplicação) – a moeda de ação indireta se torna direta através de investimentos e poupança. Neste mesmo artigo, ele busca analisar algumas teorias e fala sobre a importância da taxa de juros. A ênfase na citação de autores como Hayek<sup>48</sup>, Mises<sup>49</sup> e Keynes<sup>50</sup> é bastante grande, relevando uma maior profundidade teórica. Sem sombra de dúvida isso vinha dos estudos que ele fizera para a composição dos “Princípios de Economia Monetária”.

Em “Alguns reparos sobre a teoria do multiplicador” (GUDIN, 1951), também da RBE, o próprio nome já demonstra que o artigo é essencialmente teórico e traz contribuições inéditas do autor para a referida teoria. No texto, ele explica como a teoria é normalmente exposta nos livros e propõe uma nova forma de fazê-lo. Originalmente, a teoria diz que um investimento inicial geraria propensão a consumir

<sup>48</sup> Friedrich A. Hayek (1899 – 1992) foi um economista da escola austríaca e um dos fundadores do Instituto Mises (de orientação liberal). Foi ganhador do Prêmio Nobel de Economia (juntamente com Gunnar Myrdal) em 1974, pelo trabalho sobre teoria monetária. (fonte: Mises Institute, disponível em <https://mises.org/profile/friedrich-hayek>, acesso em 25 de janeiro de 2016).

<sup>49</sup> Ludwig von Mises (1881 – 1973) foi um dos principais economistas do século XX e defendeu o liberalismo econômico como única forma de se alcançar a prosperidade econômica. Grande nome da escola austríaca, Mises acreditava que o aumento da oferta monetária causa inflação e nenhum benefício para a sociedade e era contra o socialismo (fonte: Mises Institute, disponível em <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=33>, acesso em 25 de janeiro de 2016).

<sup>50</sup> John Maynard Keynes (1883 – 1946) foi um dos grandes marcos da economia. Com sua obra “Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda”, revolucionou a macroeconomia ao dizer que os governos deveriam estimular a demanda para solucionar crises econômicas.

em períodos subsequentes. No entanto, Gudin pontua que se confunde recebimentos e rendimentos, uma vez que nem todo dinheiro recebido é lucro e pode ser utilizado para compras. Mas a principal questão que podemos ver neste texto e que nos auxilia a analisar a retórica utilizada por Gudin nos dois veículos é o uso da matemática. Ele não só trata de um assunto bastante técnico, como também utiliza fórmulas para explicar a sua tese.

Se chamarmos de  $c$  o "coeficiente de despesa" ou "propensão a consumir" (0.80) e de  $I$  o valor do investimento inicial, veremos que o grupo de  $5 \times 16.000 = 80.000 = Ic$ , que o grupo de  $25 \times 2.560 = 64.000 = Ic^2$ , que o grupo de  $125 \times 410 = 51.200 = Ic^3$  e assim por diante. De sorte que o total de renda acrescida em períodos sucessivos, em virtude da despesa inicial de  $I$  será

$$I + Ic + Ic^2 + Ic^3 + \dots + Ic^n$$

cujas soma é, como se sabe, igual a

$$I \frac{1 - c^{n+1}}{1 - c}$$

e sendo  $c < 1$  e  $n$  tendente ao infinito, teremos

$$I \frac{1}{1 - c}$$

que é a fórmula usual do multiplicador (GUDIN, 1951, p.140).

Percebe-se, além da matemática em si, outra pista de que o leitor deste texto é diferente daquele do jornal: quando diz “cujas soma é, como se sabe”, ele presume que quem lê este artigo conhece a fórmula matemática da soma de uma progressão geométrica. Não há um passo a passo para entender de onde veio esta fórmula. Aliás, isso é algo típico dos artigos de economia até hoje. Por isso os economistas falam em “abrir as equações” quando analisam um artigo, especialmente em sala de aula, o que significa entender e demonstrar os passos intermediários entre as hipóteses iniciais, os poucos passos demonstrados e a conclusão.

Outro exemplo da RBE é encontrado em “Estabilização dos preços” (GUDIN, 1949b). Vejamos:

Salários inalterados e preços mais baixos não prejudicariam os produtores, de vez que os custos de produção teriam baixado. O objetivo da política monetária seria, nesse caso, não mais o de manter estáveis os preços das mercadorias e sim o de manter a estabilidade dos salários. Se em  $MV = PT$ ,  $P$  baixa por motivos de origem amonetária, porque incrementar  $M$  para contrabalançar esse declínio natural de  $P$ . E se a baixa for de um produto de elevada elasticidade de procura,  $T$  aumentará e  $PT$  poderá ficar inalterado. E se a baixa for de um produto de procura pouco elástica, o



poder de compra liberado com essa baixa será provavelmente utilizado na compra de outro produto de procura elástica, sem alteração de PT. (GUDIN, 1949b, p. 10).

Logo, é bastante visível que estamos diante de duas retóricas muito diferentes. É visível que ao passar para um assunto que pode ser considerado como mais técnico e, ao mesmo tempo, com teoria mais desenvolvida, Gudin separa muito melhor os dois discursos, o de articulista e o de especialista em comunicação com outros especialistas.

#### 4.2 Duas retóricas

O objetivo deste trabalho era responder se existiram duas retóricas em Eugênio Gudin. Acreditamos que foi possível encontrar o Gudin acadêmico e o Gudin jornalista. O objetivo do autor em cada meio de comunicação é diferente. Na RBE ele visava a trazer o conhecimento técnico de economia para o Brasil, dialogando com economistas e estudantes; em O Globo, o intuito era denunciar os problemas brasileiros à sociedade e, ainda, criticar o que considerava nefasto no país, sugerindo qual seria o caminho correto a ser seguido. Isso fica claro no prefácio da primeira coletânea (GUDIN, 1965):

Os artigos aqui enfeixados mostram como foram calamitosos esses dois governos, o de Kubitschek (5 anos) e o de Goulart (3 anos), e como o Brasil pagou um preço elevadíssimo por essa primeira aprendizagem da verdadeira democracia representativa.

Tão grandes e profundos foram os danos causados à Nação que ela acabou se levantando, por suas elites, por suas classes médias e por suas Forças Armadas, para derrubar o governo Goulart, que estava caminhando para a bolchevização do Brasil (GUDIN, 1965, p. 11).

No entanto, Gudin prossegue o prefácio negando que tenha qualquer interesse em denunciar o que acreditava ser uma escalada comunista ao poder: “Esses artigos, escritos **sem parcialidade** nem inspirados por qualquer ambição política ou interesse de qualquer espécie, poderão dar ao leitor o quadro da conjuntura econômica, política e social do período a que se referem” (GUDIN, 1965, p. 12, grifo nosso). Ora, vimos que os artigos jornalísticos de Gudin não eram – e

nem precisariam ser, tendo em visto o gênero dos textos – imparciais. Pelo contrário, destilavam sem medo as opiniões acerca de todos os temas referentes à política e economia. Por que, então, ele teria feito esta afirmação? Isso se tratava, na realidade, de um instrumento de retórica utilizado também em outras publicações jornalísticas que versavam sobre economia. Por meio desta introdução, Gudin fazia uma tentativa de dar mais credibilidade aos artigos que se seguiriam na coletânea, estabelecendo com o leitor um prévio “contrato” de confiança. Esse contrato de confiança está baseado no desinteresse, em especial no desinteresse ideológico.

Tiago Mata (2011) trata esse assunto em seu artigo “Fractals in Economic Journalism”. Mata (2011) fala sobre a dicotomia entre “economia como política” e “economia como ciência”. Ele identifica essa ambiguidade em jornais como *New York Times* e na revista *Times*, em que os jornalistas ficam entre uma postura mais política, ou seja, mais opinativa, e outra mais científica, ou seja, mais próximo do que seriam as ciências exatas. Nessa última, os economistas falam sobre as ideias econômicas como se fossem verdades absolutas e incontestes, resultados desinteressados de pesquisas científicas.

Retomando a literatura sobre retórica que vimos no capítulo 2, podemos analisar as características dos textos de Gudin à luz da teoria apresentada anteriormente. Alinhado com o objetivo primordial da retórica, qual seja, o de convencer e persuadir, Gudin escolhe os temas de modo a falar sobre aquilo que julga pertinente em cada veículo. Tanto na RBE como em O Globo percebe-se seu intuito de conquistar a adesão dos espíritos às teses apresentadas, ou seja, convencer os leitores de que as suas ideias são as verdadeiras – respeitando as características de cada auditório particular (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA 2005).

Seus leitores são diferentes, e Gudin se apropria disso para um melhor resultado argumentativo. Ao falar com economistas na RBE, ele escolhe temas mais complexos e pertinentes à academia, bem como apresenta dados como fórmulas matemáticas e conceitos abstratos como o de moeda de ação direta e indireta. Como diziam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), para conseguir o efeito de conquistar a adesão do auditório, o orador precisa partir de teses aceitáveis para o auditório. É isso que Gudin faz, ao falar sobre fatos corriqueiros do dia a dia no jornal (como a perda do poder de compra do dinheiro e a falta de alimentos ou outros serviços) e sobre teorias econômicas na RBE. Se ele não fizesse essa

divisão, os leitores da RBE ficariam enfadados pelos temas serem tão elementares e a linguagem tão coloquial; ao contrário, os leitores de O Globo não conseguiriam acompanhar um raciocínio mais complexo – provavelmente não teriam interesse – e logo se desligariam do texto. Entretanto, é preciso sublinhar que essa diferença é bem mais clara quando o assunto é economia monetária do que na área de desenvolvimento. Isso é fundamental.

A delimitação do público é bastante evidente e é, inclusive, explicitada quando apresenta a sua análise da obra de Otávio Gouveia de Bulhões (GUDIN, 1947b), feita seis anos depois da publicação original. Gudin justifica o longo tempo dizendo que:

Se houvesse então uma revista como esta, o comentário não deixaria de ter sido feito desde logo. **Na verdade, não se pode tratar de matéria altamente especializada num jornal diário. Há, evidentemente, uma dose de ridículo em apresentar ao grande público estudos que só a um pequeno número de especialistas podem interessar**, a não ser para fazer a clássica exibição de erudição (*onne ignotum pro magnifico*), ainda tão enraizada em nossos costumes. É o prestígio do ininteligível. (GUDIN, 1947b, p. 117, grifo nosso).

Ciente, pois, da importância de diferenciar os públicos, Gudin se preocupa em realizar o contato de espíritos a que se referiam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005). Em seus textos na RBE, muitas vezes se refere aos economistas como colegas: “O que eu hoje proponho aos **ilustres colegas** é trancar as portas dos gabinetes dos planejadores e encarar a realidade, dissecando alguns dos principais obstáculos ao desenvolvimento do país” (GUDIN, 1968, p. 26, grifo nosso).

Este “encontro de espíritos” acontece também no jornal. O trecho “Fecho com quem quiser a aposta de que uma vez estabilizada a moeda (...)” (GUDIN, 1965, p. 16), é um bom exemplo de como ele dialogava de igual para igual com os leitores do jornal. Vejamos, ainda, outro exemplo:

Qualquer brasileiro maior de 30 anos há de se recordar do tempo em que não havia COFAP para controlar preços e em que se podia exportar ou importar (pagando os direitos), sem ter que pedir licença. E quem desse tempo for há de lembrar-se de que não havia então falta de leite, nem de carne, nem de feijão, nem greves de bondes, de telefones, de portuários, de marítimos, de ferroviários, etc. à razão média de uma por dia, como se verificou em São Paulo. (GUDIN, 1965, p. 21).

Com chamamentos como estes, Gudin tem por objetivo se aproximar das pessoas e trazê-las para o seu lado, facilitando a aceitação da mensagem. Ao se reconhecer no grupo de “brasileiros maiores de 30 anos”, o leitor é captado e passa a aceitar facilmente as explicações para a falta de alimentos e serviços. Na RBE, vemos também a identificação intelectual. “Mas – e aí é o ponto capital da questão – inflação é, **como sabemos**, sinônimo de taxas de juros elevadas” (GUDIN, 1948, p. 44, grifo nosso). Quando ele diz “como sabemos”, estabelece com o leitor uma relação de igualdade: eu sou economista, assim como você, e por isso podemos falar sobre inflação sem entrar em explicações minuciosas. Da mesma forma que em O Globo, Gudin capta para si a atenção deste público específico.

Retomando, ainda, a teoria da retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), podemos dizer que as ideias com que Gudin trabalha não são fatos universais, uma vez que o que ele defende é diferente do que Roberto Simonsen, por exemplo, defende<sup>51</sup>. Um fato, como vimos no capítulo 2, não é universal, mas é verdade para todos aqueles que fazem parte de um determinado grupo (os economistas e os leitores do jornal, neste caso). Não é isto que acontece. Ainda que Gudin tenha conseguido engajar muitas pessoas com seus textos, a ponto de ser respeitado até mesmo por aqueles que discordavam de suas ideias, o que ele escrevia não era um consenso no mundo econômico, tampouco entre os leitores de O Globo. Assim, pode-se dizer que ele trabalha apenas com presunções, que se caracterizam pelo menor grau de adesão do auditório.

Outro ponto importante a ser analisado à luz da retórica é a linguagem. A forma como Gudin escreve em cada veículo é diferente, como já vimos, mas neste ponto precisamos fazer algumas observações que podem agregar na análise como um todo. Como já comentado anteriormente, as palavras utilizadas por Gudin em O Globo são mais simples, de uso cotidiano – o que faz parte de uma estratégia de retórica que visa a eliminar as barreiras de comunicação que a linguagem não adequada pode gerar. As expressões do jargão econômico, quando usadas, ganham a devida explicação. Uma característica interessante, e que aparece apenas na primeira coletânea, é o uso de trechos em caixa alta para dar destaque. Um exemplo disto é dado a seguir:

---

<sup>51</sup> E isso fica bastante claro na já citada “Controvérsia do Planejamento Brasileiro”, que reúne os argumentos de um e outro em prol de seus pontos de vista.

Não há dúvida de que muito negociante inescrupuloso aproveita a ocasião para engordar seus lucros, no meio da confusão inflacionária. Mas isso é apenas uma subcausa. A ALTA DOS PREÇOS É DEVIDA, MUITO PRINCIPALMENTE, AO INCREMENTO DA PROCURA, decorrente das emissões e dos enormes aumentos de vencimentos e salários (GUDIN, 1965, p. 20).

Essa prática desaparece na segunda coletânea, mostrando um amadurecimento na sua escrita. Este amadurecimento se faz sentir também na acidez de seu texto, que diminui bastante, muito embora isso seja decorrente do fato de o governo militar, apoiado por Gudin, ter assumido o poder no período que a segunda coletânea compreende.

Já na RBE, a linguagem se torna mais técnica. Mas isso não o impede de usar, vez ou outra, palavras mais coloquiais e até mesmo alguns recursos como ponto de exclamação. Expressões como “a meu ver” e na “na minha opinião” também aparecem com alguma frequência.

Examinando o tema do "crescimento balanceado", declara Hirschman de início - com grande acerto **a meu ver** - a sua absoluta discordância com esse modelo e passa a analisar, no capítulo IV, que é talvez o mais importante do livro, o mecanismo do desenvolvimento não balanceado (GUDIN, 1960, p. 57, grifo nosso).

(...)

Tais são, **a meu ver**, os principais motivos que despertaram o interesse geral pelo problema das nações subdesenvolvidas e o trouxeram para o primeiro plano na cogitação dos economistas (GUDIN, 1952, p. 48, grifo nosso).

(...)

**Na opinião deste autor**, já acima desenvolvida, seria também necessário de qualquer forma, investigar se os saldos reais não tendem a declinar ao mesmo tempo que o declínio dos empréstimos, da atividade econômica e das expectativas (GUDIN e ELLIS, 1957, p. 30, grifo nosso).

Estas indicações de opinião própria, não tão comuns nos textos acadêmicos, são observadas também no texto de Howard Ellis, publicado junto com o de Gudin sob o título de “Moeda, Juro e Preços’ de Patikin” (GUDIN e ELLIS, 1957). “Na minha opinião, isto em si é suficiente para destruir a armadilha da liquidez da escala de procura” (GUDIN e ELLIS, 1957, p. 17), dizia o colega de escrita.

O uso de expressões coloquiais também aparece no seguinte excerto da RBE:

A distinção parece oportuna quando consideramos que alguns discípulos de KEYNES, interpretando rigidamente sua Teoria, chegam a escrever, como a economista Mrs. JOAN ROBINSON, em sua crítica ao livro de BRESCIANI-TURRONI sobre a inflação alemã, que – para se provar que as grandes emissões de papel-moeda causaram a alta dos preços na Alemanha – teria sido necessário provar, primeiramente, que essas emissões fizeram baixar a taxa de juros e que, em virtude dessa baixa, os investimentos cresceram e os preços subiram! **Ora, para quem conhece os fatos da inflação alemã, tal proposição é perfeitamente ridícula**, como seria igualmente ridículo dizer-se que a inflação, ainda existente em nosso país, se processou através a baixa da taxa de juros no mercado de crédito! (GUDIN, 1947a, p. 8, grifo nosso).

Neste trecho, vemos duas coisas pouco comuns em textos do tipo: o uso de pontos de exclamação, denotando a sua indignação frente ao exposto, e da palavra “ridícula” para descrever a teoria de Joan Robinson.

Outra característica observada é a forma como Gudin faz as referências e citações. Normalmente, nos dias de hoje, ao citar um texto de outro autor, faz-se isso dando algumas informações sobre o texto, o autor, o ano de publicação, bem como a editora ou revista onde o texto foi publicado, seguindo normas padronizadas. Esta é uma prática corrente nos dias de hoje, mas nem sempre Gudin tomava este cuidado – quando o fazia, era por meio de algumas notas de rodapé, muitas vezes incompletas. Mas, ele não estava sozinho. Mesmo em *journals* conceituados como a *American Economic Review* e *The Quarterly Journal of Economics* é possível encontrar estas características de instabilidade no padrão de citações até meados no século XX. Chenery (1960) é um exemplo de autor que referencia todas as citações ao final do texto. Já Viner (1923), Coats (1960) e Haberler (1980) – para citar apenas três exemplos – não fazem as referências ao final do texto, da mesma forma que Gudin não faz. As citações ficam restritas a notas de rodapé e às vezes nem mesmo elas aparecem (é o caso de Haberler). Também o hábito de se referir a outros autores como “Professor” (algo muito comum para Gudin) é visto nestes artigos, mostrando que não havia, ainda, uma forma padrão para fazer referências e se referir aos autores.

Por fim, os estudos sobre retórica na economia também nos servem de base para uma análise mais detalhada do trabalho de Gudin. Retomando as regras da retórica econômica elencadas por Arida (2003), temos que Gudin segue cinco delas:

simplicidade, coerência, abrangência, generalidade e formalização (respeitando os limites de compreensão de cada público). Já a redução de metáforas é um ponto mais complexo de ser analisado, pois ele as usa bastante, em especial em O Globo; no entanto, este uso é feito sempre de maneira a facilitar o entendimento de determinada matéria, não podendo ser considerado um problema. A reinvenção da tradição – estratégia de retórica que faz um recorte do passado para “reivindicar para si uma tradição de pensamento e isolar o oponente como fruto de um desvio da tradição correta” (ARIDA, 2003, p. 40) – e a prática de ignorar interesses práticos (tentar superar as ideologias) não são pontos alcançados por Gudín baseado nas leituras feitas neste trabalho.

## CONCLUSÕES

Quando este trabalho se iniciou, havia um objetivo de entender as construções retóricas de Eugênio Gudín. Sendo ele um economista pioneiro em diversas áreas, presumia-se que teria dificuldades em diferenciar o estilo do discurso nos diferentes meios para os quais contribuiu, justamente pela imaturidade das empreitadas. Esta primeira impressão, no entanto, foi desfeita ao longo das leituras dos textos selecionados. Como demonstrado nas seções anteriores do trabalho, Gudín sabia bem qual era seu público em cada veículo e, com isso, adaptava a linguagem de modo a atingir cada um deles. Portanto, pode-se dizer que a resposta que buscávamos no início desta dissertação – se Gudín tinha duas retóricas – é sim. Eugênio Gudín soube diferenciar as estratégias de retórica nos dois veículos de comunicação analisados: RBE e jornal O Globo. Importante frisar, contudo, que as diferenças são mais evidentes na área de economia monetária, sendo que, em desenvolvimento econômico, os textos acadêmicos são mais próximos dos textos dos jornais.

A mesma leitura que nos trouxe a conclusão acima nos revelou outras nuances sobre os escritos de Gudín. Como vimos na fundamentação teórica do trabalho, o orador deve entender o seu público para então se dirigir a ele de maneira mais adequada, atingindo, assim, seus objetivos. Já a seção 3 nos mostrou que o auditório especializado ainda era escasso no Brasil – ao menos até a década de 1960 –, ou seja, não existia um grande público para escritos mais complexos. Isso explica, em parte, o fato de que a retórica jornalística de Gudín, ainda que diferente, acabe “transbordando” para a RBE. Com isso dizemos que, embora ele diferencie claramente os textos, sendo possível distingui-los, existem alguns “deslizes” de linguagem que tornavam a RBE ainda distante daquilo que se via em outros meios científicos. Analisando a revista como um todo, percebemos que a quantidade de escritores capacitados a escrever na RBE era limitada, dificultando ainda mais a elevação do nível acadêmico da publicação. O próprio Gudín fora um autodidata tentando colocar de pé uma academia econômica no Brasil através de uma estratégia de *supply-push*.



Gudin conseguiu, com maestria, falar aos leigos da época sobre temas antes restritos a poucos. Pelos jornais, ele desburocratizou a economia e tornou-a menos chata e mais corriqueira, algo que faz parte do dia a dia. Por outro lado, foi por seus esforços que o Brasil teve acesso a um conhecimento de fronteira, científico. Toda uma geração de bons profissionais se formou influenciada, direta ou indiretamente, pela sua atuação.

Mas, ele fez tudo isso guiado pelo seu pragmatismo. No fim das contas, o que ele pretendia era resolver problemas reais, que afetavam a economia brasileira e, por conseguinte, o povo. Ainda que tenha feito algumas contribuições no campo teórico-científico, este não é seu maior legado. Este pragmatismo fica absolutamente evidente no jornal. Ali, ele escancarava os problemas políticos e econômicos que julgava atrapalharem o avanço do país. Porém, isso não seria esperado em um texto acadêmico – pensando nos moldes atuais – cujo objetivo é o de levantar questões puramente científicas – ao menos em tese. Mesmo assim, vemos o pragmatismo, a busca por soluções de problemas e a normatividade na RBE – em menor grau, frise-se. É como se tivéssemos duas retóricas, sim, mas uma delas fosse “contaminada” pela outra, à semelhança de dois rios diferentes, com características únicas que, ao se encontrarem, misturam-se, sem, no entanto, serem um só.

## Referências

- ALMEIDA, Ian Coelho de Souza. Disseminação do pensamento marxista durante a ditadura civil-militar: uma abordagem de história oral. 225 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.
- ARAÚJO, Rejane de Fátima. **A dinâmica da argumentação em Shumpeter**: um ensaio de análise retórica. 2006. 258 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-29062007-151942/pt-br.php>, acesso em 23 de dezembro de 2015.
- ARIDA, Pérsio. **A história do pensamento econômico como teoria e retórica**. In: GALA, Paulo. *A história do pensamento econômico como teoria e retórica: ensaios sobre metodologia em Economia*. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- BIANCHI, Ana Maria. **Para diferentes auditórios, diferentes argumentos**: retórica econômica nos primórdios da escola latino-americana. In: GALA, Paulo. *A história do pensamento econômico como teoria e retórica: ensaios sobre metodologia em Economia*. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe; REGO, José Marcio. Conversas com economistas brasileiros. São Paulo, Ed. 34, 1996.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Eugênio Gudín**. Estud. av. [online]. 2001, vol. 15, n. 41, pp. 91-110. ISSN 1806-9592. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000100009>, acesso em 22 de dezembro de 2015.
- CHACEL, Julian M. **O Instituto Brasileiro de Economia**. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2-3, pp. 37-46, 1966.
- CHACEL, Julian Magalhães. **Eugênio Gudín: o professor**. In: CARNEIRO, Paulo E. de Berredo et al. *Eugênio Gudín visto por seus contemporâneos*. Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1979.
- CHENERY, Hollis B. **Interindustry Research in Economic Development**. *The American Economic Review*, v. 50, n. 2, Papers and Proceedings of the Seventy-second Annual Meeting of the American Economic Association (May, 1960), pp. 649-653.
- CHIEZA, Rosa Angela; GASPARY, Danielle. A atualidade da controvérsia do planejamento entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudín e os paradoxos do modelo econômico de Luiz Inácio Lula da Silva (2004-2010). *Iberian Journal of the History of Economic Thought*, v. 1, n. 1, pp. 19-41, 2014.
- COATS, Alfred William. **The Politics of Political Economists**: Comment. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 74, n. 4 (Nov., 1960), pp. 666-669.

\_\_\_\_\_. **The sociology and professionalization of economics.** British and American economic essays. v. 2, 1993.

COUTO, Joaquim Miguel. O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 16, n. 1 (29), p. 45-64, abr. 2007.

DENZAU, A. T; e NORTH, D. (1994). **Shared Mental Models: Ideologies and Institutions.** *Kyklos*, vol. 47, fasc. 1: 3-21.

DIB, Darwin. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira:** a retórica como instrumento de transmissão de crenças. In: GALA, Paulo. *A história do pensamento econômico como teoria e retórica: ensaios sobre metodologia em Economia*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

FURTADO, Celso. **A fantasia organizada.** Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1985.

GALA, Paulo. **A retórica na economia institucional de Douglas North.** *Revista de Economia Política*, vol. 23, n. 2 (90), abril-junho/2003.

GUDIN, Eugênio. **Análise dos problemas brasileiros:** 1958-1964. Rio de Janeiro, Ed. Agir, 1965.

\_\_\_\_\_. **Reflexões e Comentários:** 1970-1978. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1978.

\_\_\_\_\_ (1956a). **A Formação do Economista.** *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, pp. 53-70, 1956. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/1887/2660>, acesso em 29 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_ (1954). **Produtividade.** *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, pp. 9-70, 1954. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/2365/1964>, acesso em 29 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_ (1959a). **A Conferência de Elsinore.** *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, pp. 19-53, 1959.

\_\_\_\_\_ (1947a). **A Moeda de Ação Indireta e a Taxa de Juros.** *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, pp. 7-28, 1947. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/2481/2463>, acesso em 29 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_ (1949a). **A Taxa de Equilíbrio do Cruzeiro.** *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, pp. 7-35, 1949. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/2446/1775>, acesso em 29 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_ (1951). **Alguns Reparos sobre a Teoria do Multiplicador.** *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, pp. 137-159, 1951. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/2395/2523>, acesso em 29 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_ (1960). **Comentários sobre a Análise de Hirschman dos Problemas Econômicos**. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, pp. 57-63, 1960. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/1840/2704>, acesso em 29 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_ (1957). **Duas Apreciações sobre Moeda, Juro e Preços de Don Patinkin**. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, pp. 7-33, 1957. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/1881/2762>, acesso em 29 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_ (1949b). **Estabilização dos Preços**. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, pp. 7-13, 1949. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/2440/1764>, acesso em 29 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_ (1972). **Notas sobre a economia brasileira desde a proclamação da república até os nossos dias**. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, pp. 85-108, 1972. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/90/2909>, acesso em 29 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_ (1952). **O Caso das Nações Subdesenvolvidas**. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, pp. 47-77, 1952. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/2389/2543>, acesso em 29 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_ (1948). **O Problema do Dinheiro Barato**. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, pp. 41-59, 1948. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/2452/2468>, acesso em 29 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_ (1947b). **Octavio Gouveia de Bulhões - Orientação e Controle da Economia**. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, pp. 117-122, 1947. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/2485/2567>, acesso em 29 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_ (1956b). **Orientação e programação de desenvolvimento econômico**. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, pp. 27-59, 1956. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/1894/2667>, acesso em 29 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_ (1968). **Os Principais Obstáculos ao Desenvolvimento**. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, pp. 26-37, 1968. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/1725/6014> acesso em 29 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_ (1959b). **Rumos do Comércio Internacional**. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, pp. 53-80, 1959.

\_\_\_\_\_. (1958). **Três Livros sobre Desenvolvimento Econômico**. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, pp. 67-77, 1958. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/1860/2621>, acesso em 29 de dezembro de 2015.

HABERLER, Gottfried. **Notes on Rational Expectations**. *Journal of Money, Credit and Banking*, v. 12, n. 4, Part 2: Rational Expectations (Nov ., 1980), pp. 833-836.

IPEA. A controvérsia do planejamento na economia brasileira; coletânea da polêmica Simonsen x Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo/ Roberto Cochrane Simonsen, Eugenio Gudin. - 3ª ed. – Local: Ipea, 2010.

ISSLER, João Victor. Nota do Editor. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, pp. 249 – 250, 2000.

JØRGENSEN, Charlotte. **Interpreting Perelman's Universal Audience**: Gross versus Crosswhite. *Argumentation*, n. 23, pp. 11-19, 2009.

JÚNIOR, Manuel Alexandre. **A retórica: um saber interdisciplinar**. Anais do Congresso Internacional sobre Interdisciplinaridades, Universidade Nova de Lisboa, 2004.

JÚNIOR, Manuel Alexandre. Prefácio e Introdução. In: MESQUITA, Antonio Pedro. Obras completas de Aristóteles, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005.

KAFKA, Alexandre. **Dr. Gudin e o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas**. In: CARNEIRO, Paulo E. de Berredo et al. *Eugênio Gudin visto por seus contemporâneos*. Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1979.

LATTANZI, José Renato. **Eugênio Gudin, um liberal entre os liberais**. *Intellèctus Revista Eletrônica*, Rio de Janeiro, ano XII, n.1, 2014. Disponível em [http://www.intellèctus.uerj.br/Textos/Ano12n1/JOSE\\_RENATO\\_LATTANZI.pdf](http://www.intellèctus.uerj.br/Textos/Ano12n1/JOSE_RENATO_LATTANZI.pdf), acesso em 22 de dezembro de 2015.

LOPES, Luiz Simões. *SciELO*. Disponível em <http://www.scielo.br/revistas/rbe/iaboutj.htm>. Acesso em 25 de agosto de 2015.

LOUREIRO, Maria Rita; LIMA, Gilberto Tadeu. A internacionalização da ciência econômica no Brasil. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v.14, n.3 (55), pp. 31-50, julho-setembro/1994.

MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. *Conversas com economistas brasileiros II*. São Paulo, Ed. 34, 1999.

MATA, Milton da. Controle de preços na economia brasileira: aspectos institucionais e resultados. *Revista Pesq. Plan. Econ.*, Rio de Janeiro, 10(3), pp. 911-954, dez. 1980.

MATA, Tiago. (2011) *Fractals in Economic Journalism. History of Political Economy*.

McCloskey, Deirdre. **The rethoric of economics**. *Journal of Economic Literature*, vol. XXI, 1983.

*Mental Models and Reasoning Lab*, página da internet. Disponível em <http://mentalmodels.princeton.edu/>, acesso em 19 de fevereiro de 2016.

NORMAN, Donald. **Some observations on Mental Model**. In: GENTNER, D.; STEVENS, A. *Mental Models*, Psychology Press. Nova York, 2014.

NORTH, D. **Institution, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press. 1990.

PASSANEZI, Paula. **O processo de criação das instituições segundo Douglass North (1990) e uma avaliação crítica da Lógica Northiana**. Revista Gerenciais, São Paulo, v. 2, pp. 75 – 83, set. 2003.

PERELMAN, Chaïm; Olbrechts-Tyteca, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. 2ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 2005.

Revista Brasileira de Economia. Informações básicas. Scielo, 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/revistas/rbe/paboutj.htm>, acesso em 08 de fevereiro de 2016.

Revista Brasileira de Economia – edições de 1947 a 1972. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/issue/archive>, acesso em 16 de março de 2016.

RIBEIRO, Casimiro Antônio. Casimiro Ribeiro I (depoimento, 1975/1979). Rio de Janeiro, CPDOC, 1981. 121 p. dat.

SCALÉRCIO, Márcio; ALMEIDA, Rodrigo de. **Eugênio Gudín: inventário de flores e espinhos: um liberal em estado puro**. Rio de Janeiro: Insight, 2012.

SILVA, Adroaldo Moura da.; LUQUE, Carlos Antonio; CRUZ, Hélio Nogueira. **Reflexões à margem de trinta anos de história da RBE**. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, pp. 565 – 586, out/dez 1977.

SPENGLER, Joseph J. **Notes on the international transmission of economic ideas**. History of Political Economy, v. 2, n. 1, 1970, pp. 133 – 151.

VERSIANI, Flávio Rabelo. **Intercâmbio, verbas e pluralismo: a ANPEC na evolução do ensino e da pesquisa em economia no Brasil**. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; COELHO, Francisco da Silva (orgs.). Ensaio de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo. São Paulo, Ed. Atlas, 2007.

VINER, Jacob. **Taxation and Changes in Price Levels**. *Journal of Political Economy*, v. 31, n. 4 (Aug., 1923), pp. 494-520.

## ANEXO 1

### O que são os modelos mentais?

De acordo com os estudos de Phil Johnson-Laird e sua equipe do “*Mental Models and Reasoning Lab*”, da Universidade de Princeton, nos Estados Unidos, modelos mentais são representações psicológicas de situações reais, hipotéticas ou imaginárias. Quem utilizou o termo pela primeira vez foi o filósofo americano Charles Sanders Peirce (1839 – 1914), em 1896. Segundo ele, o raciocínio seria um processo pelo qual uma pessoa examina o estado das coisas, formula um diagrama mental e deduz que as relações existentes continuariam a existir, ao menos em alguns casos, e disso conclui que elas são necessariamente ou provavelmente verdadeiras. Em 1943, o psicólogo escocês Kenneth Craik (1914 – 1945) propôs que a mente constrói “modelos em pequena escala” da realidade, e usa estes modelos para antecipar eventos, para racionalizar e fundamentar explicações. Os modelos mentais seriam como projetos de arquitetura ou modelos moleculares na biologia: são estruturas menores que correspondem ao que representam. Desde os estudos de Craik, os cientistas passaram a argumentar que os modelos mentais são resultado da percepção, da imaginação e conhecimento, e da compreensão dos discursos.

Mais recentemente, nos anos 1990, o estudo dos modelos mentais se destacou, dentro da economia, nos textos de Arthur T. Denzau e Douglass C. North, que publicaram, em 1994, o artigo “*Shared Mental Models: Ideologies and Institutions*” (DENZAU e NORTH, 1994). Paula Passanezi (2003) sintetiza a teoria dos modelos mentais, que ela chama de “northiana”, ao dizer que a dificuldade de um indivíduo em decifrar o ambiente que cerca é o que o faz criar modelos mentais - sendo que estes são criados a partir de conhecimentos e habilidades específicos herdados geneticamente ou construídos ao longo da vida. Diz, ainda, que os modelos mentais podem ser alterados em virtude de novas experiências ou situações (PASSANEZI, 2003, p. 79). Em geral, as ideologias derivam de modelos mentais que se propõem a compreender o funcionamento da sociedade (e, a partir disso, defender um funcionamento como o mais correto).